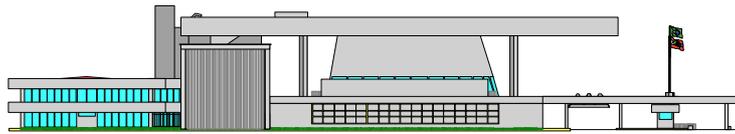


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 19 DE NOVEMBRO DE 2009

NÚMERO 6.113

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2113
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 105ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 12/11/2009.... 2

Publicações Diversas

Aviso de Publicação 16
Avisos de Licitação..... 16
Medida Provisória..... 16
Portarias 17
Projetos de Lei..... 18

PLENÁRIO

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Carlos Chioldini - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Giancarlo Tomelin - Jailson Lima - José Natal - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Convida para sessão solene para entrega do título de Cidadão Catarinense ao vice-presidente José Alencar; reporta-se à vinda de Carmen Zanotto à comissão de Saúde; comenta decisão do STF de não permitir a posse de novos vereadores.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Reporta-se aos problemas da empresa Joinvilense Busscar.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Comenta resultados de viagem a Brasília, notadamente questões ligadas à agricultura familiar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Analisa o apagão e a matriz energética brasileira.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Apoia as

sugestões do deputado Pedro Uczai sobre a matriz energética brasileira.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reclama da falta de iniciativa dos governos estadual e municipal quanto à melhoria do acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a realização de processo eletivo para o DCE da Unesc.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença dos empresários Tiago Ribeiro Zagonel e Marcelo Luiz Engelmonn; comunica a realização de seminário sobre orçamento participativo.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Anuncia debate promovido pela *RIC Record* sobre o pré-sal; presta contas das atividades do Fórum Permanente sobre a Demarcação de Terras Indígenas em Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Reporta-se à comemoração dos 150 anos de fundação do Tabajara Tênis Clube, de Blumenau.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (aparte) - Soma-se à homenagem ao Tabajara Tênis Clube, de Blumenau.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Enfatiza a importância dos clubes sociais para a juventude.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Congratula-se com o Tabajara Tênis Clube pelos 150 anos.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Traça um paralelo entre as obras do canal de Suez e da BR-101.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Lembra a realização da mostra da obra de Ferdinand de Lesseps no Museu Cruz e Sousa.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Cumprimenta a presidente do Conselho Estadual de Radiologia.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Aborda aspectos de sua viagem à China e a crise na Celesc.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Mostra preocupação com a crise na Celesc.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Expressa sua visão da importância da Celesc permanecer pública.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Concorda com a posição do deputado Elizeu Mattos.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Ponte Alta.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Elogia Felipe Luz, novo diretor da Celesc; comenta as iniciativas do governo catarinense que estão sendo copiadas pelo governo federal.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (aparte) - Explica sua posição quanto a mudanças na direção da Celesc.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Refuta afirmações do deputado Giancarlo Tomelin.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Comenta a inauguração de busto de Ulysses Guimarães em Balneário Camboriú; refere-se à liberação de recursos federais para os portos de Itajaí e Navegantes; reporta-se à entrega da ordem de serviço para construção da ponte que ligará a BR-470 a Ilhota; agradece a presença de força-tarefa da Segurança Pública em Navegantes.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de alunos de escolas de Brusque e Jaraguá do Sul; cumprimenta o superintendente do DNIT, João José dos Santos.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Analisa o apagão.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado José Fritsch.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Registra a presença de José Fritsch, do PT.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Tece comentários sobre questões climáticas que serão abordadas em Copenhague.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Cumprimenta os membros do Clube Náutico Riachuelo; coloca seu ponto de vista com relação aos recentes episódios da Celesc.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Homenageia o reitor da Unidavi; discorre sobre sua agenda de final de semana.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Elogia a Unidavi e seu reitor.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de professores de São Bonifácio.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Tece críticas à cartilha elaborada pelo governo para seminários de avaliação.

DEPUTADO EDSON ANDRINO - Discorre sobre a vida de Luiz Meira e defende a criação de fórum permanente em defesa da cultura catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, demais deputados integrantes da Mesa, sras. deputadas, sras. taquígrafas, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisionada, eu quero abordar um assunto de suma importância para o Brasil e para o estado de Santa Catarina.

Ontem, recebi um telefonema do chefe de gabinete do vice-presidente da República, José Alencar, que disse que ele virá a Santa Catarina na terça-feira, ao município de Joinville, representar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da Festa das Flores daquele município. E como o vice-presidente virá, o dr. Adriano disse: "Deputada, ele tem uma dívida com v.exa." Por quê? Porque apresentamos projeto de lei que

foi aprovado por unanimidade nesta Casa, srs. deputados e sras. deputadas, concedendo o título de Cidadão Catarinense ao vice-presidente.

V.Exas. aprovaram também, junto com esta deputada, um requerimento solicitando que seja realizada uma sessão em homenagem a essa pessoa tão importante, que tem governado o Brasil juntamente com o presidente Lula. É uma pessoa que está vencendo o câncer, que trabalhou doente e que virá ao nosso estado. Inclusive, a senadora Ideli Salvatti me ligou para que eu intercedesse junto ao presidente Jorginho Mello, a fim de que ele receba esse título numa sessão solene. E eu conversei com o presidente, que foi muito solícito e atendeu ao meu pedido.

Então, eu gostaria de convidar v.exas. para participarem dessa sessão solene de entrega do título de Cidadão Catarinense, na terça-feira, dia 17, às 16h, na Câmara Municipal.

Estou fazendo o convite a todos os colegas que queiram acompanhar essa comitiva, provavelmente haverá um ônibus à disposição, pois toda a estrutura da Assembleia Legislativa será transferida para o município de Joinville. Alguns deputados já confirmaram que irão prestigiar essa sessão solene, mas conto com a presença de todos, pois também têm parte nisso porque aprovaram esse requerimento, porque colocaram suas digitais nesse título de Cidadão Catarinense.

Também quero reportar-me à reunião extraordinária da comissão de Saúde, que ocorreu ontem, na sala de imprensa, que tive a honra de presidir. Inclusive, temos um requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita a formação de uma comissão para a oitiva do secretário Dado Cherem ou então da diretora-geral Carmen Zanotto, no sentido de abrir as negociações, ouvir o Sindicato da Saúde, porque a população precisa de atendimento.

Ontem à noite recebi um telefonema do nosso colega, deputado Antônio Aguiar, que também é integrante da comissão e que estava presente nessa reunião que realizamos à tarde. O deputado salientou que a dra. Carmen Zanotto teria um compromisso hoje pela manhã, um compromisso inadiável, e não poderia estar presente nessa reunião.

Eu, após concluir o meu pronunciamento, vou procurar os srs. deputados integrantes da comissão para marcar outra data e ouvir a dra. Carmen Zanotto. E já que na terça-feira não estarei aqui, estarei em Joinville, então, provavelmente será na quarta-feira.

O presidente Jorginho Mello conversou com o governador Luiz Henrique da Silveira a respeito desse problema da Saúde e parece que há novidades.

Hoje pela manhã, lendo os jornais, pude constatar que houve uma sessão do Supremo Tribunal Federal, na qual os ministros do STF derrubaram a decisão tomada pelo Congresso Nacional que permitia a posse dos suplentes de vereadores. Mas segundo matéria do DC, pág. 10, as novas vagas valem somente para 2012. Infelizmente!

Nós, que ajudamos vários municípios, gostaríamos que os suplentes do partido assumissem. Mas, infelizmente, a decisão do Congresso Nacional foi derrubada. O Supremo Federal decidiu não permitir a posse de mais de sete mil suplentes de vereadores, por oito votos a um, srs. deputados, sra. deputada, sr. presidente. Os ministros derrubaram a proposta de emenda constitucional promulgada pelo Congresso

Nacional em setembro, que aumentava de 51.748 para 59.457 o número de vereadores no país. Em Santa Catarina seriam criadas 287 novas vagas nas Câmaras Municipais, mas, infelizmente, os nossos vereadores não vão poder assumir.

Sr. presidente, muito obrigada e que Deus abençoe todos!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Obrigada, deputada Professora Odete de Jesus.

Antes de conceder a palavra ao deputado Dirceu Dresch, ouço, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI MATOS - Sr. presidente, dei entrada a uma moção nesta Casa, que deverá ser apreciada na próxima semana, deputado Manoel Mota, sobre o caso da empresa Busscar, de Joinville, que está em grande dificuldade, solicitando que o BNDES agilize a liberação dos R\$ 25 milhões que foram solicitados. Inclusive, a documentação já foi concluída para o empréstimo.

Quero também registrar aqui a minha indignação com o Sindicato dos Mecânicos de Joinville, que solicitou que a empresa declare falência ou que alugue suas máquinas e seu parque industrial para outras empresas, certamente para a concorrente do Rio Grande do Sul.

Isso é um grande absurdo, porque o sindicato, o Partido dos Trabalhadores, deveria preocupar-se em gestionar junto ao governo do PT para que pagasse os R\$ 610 milhões que o governo federal deve para a Busscar de crédito pelo IPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Agora, sim, tem a palavra, por até dez minutos, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente Gelson Merísio, deputados aqui presentes, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Havia aqui me pronunciado, no dia de ontem, à minha viagem a Brasília, na última terça-feira, onde tivemos vários compromissos. Tivemos um café da manhã para discutir a política do possível microempreendedor individual ou da microempresa, para também servir aos nossos agricultores, através de uma lei adaptada à agricultura familiar. Esse nosso café da manhã foi coordenado pelo nosso deputado federal Cláudio Vignatti, que preside a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa.

Depois participamos da mobilização da VI Marcha Nacional pela Valorização do Salário Mínimo, que este ano teve um tema especial, qual seja, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Foi uma grande mobilização. Inclusive, a própria Polícia Militar estipulou em torno de 50 mil o número de trabalhadores do Brasil todo, de várias centrais sindicais, que participaram dessa mobilização e da audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, ocasião em que foi entregue a reivindicação. E lá também foi encaminhado um acordo para que o presidente coordenasse uma comissão de trabalho, formada por deputados e senadores que defendem a redução da jornada de trabalho e por deputados e senadores que não defendem essa redução, juntamente com as centrais sindicais. Já ficou marcada então uma reunião para a próxima semana, em São Paulo, com o presidente da Câmara Federal e com as centrais sindicais, para dar continuidade ao processo de diálogo e negociação.

Com certeza a nossa avaliação é que a redução da jornada de trabalho no país será realidade, principalmente pela grande mobilização da classe trabalhadora. Além disso, estivemos também no ministério do Meio Ambiente, no Inkra, discutindo vários temas relacionados ao estado de Santa Catarina.

Também quero aproveitar o dia de hoje - e já havia comentado isso na última terça-feira - para trazer aqui algumas informações a respeito do que estamos trabalhando em nível do ministério do Meio Ambiente. Inclusive, estivemos discutindo pelo estado afora todas as polêmicas e os encaminhamentos das mudanças na legislação ambiental, do próprio Código Ambiental de Santa Catarina e o seu resultado na prática, eis que os agricultores estão esperando o que de fato vai acontecer.

O governo federal já preparou dois decretos criando o Programa Nacional de Regularização Ambiental na Agricultura Familiar, nas pequenas propriedades. E isso é fundamental para a nossa agricultura familiar, principalmente. Com certeza essa é uma política importante, porque o programa diminui a burocracia, para que todos os agricultores familiares do Brasil façam a sua regulamentação ambiental, pois a lei já existe desde 1965, mas até hoje não foi organizada pelos governos que passaram.

Então, parabênz ao governo do presidente Lula, o próprio ministério do Meio Ambiente, o ministério do Desenvolvimento Agrário e a Casa Civil da Presidência da República que estão trabalhando esse tema, discutindo-o com as entidades representativas da agricultura familiar do Brasil. Essa é uma das grandes reivindicações dos nossos agricultores, ou seja, fazer a averbação da reserva legal com trabalho gratuito para os nossos agricultores familiares.

Outro tema muito avançado é uma resolução do Conama em transformar a agricultura familiar em área de interesse social. Isso resolveria um grande impasse no estado, referente àqueles agricultores que têm benfeitorias e produções a menos de 30m da sanga, das pontes, principalmente na avicultura e na suinocultura.

Assim como o Estatuto das Cidades já reconhece como áreas de interesse social os bairros da cidade, as construções das cidades, estamos trabalhando da mesma forma para os agricultores familiares. Portanto, transformaríamos essas áreas, essas atividades, em áreas consolidadas de interesse social, pois dessa forma os agricultores poderiam continuar trabalhando na sua atividade mesmo fora da regra, como diz a lei federal, dos 30m, desde que assumissem o compromisso de não contaminar a água, outra ação determinante para os nossos agricultores.

A outra polêmica no nosso estado, presidente, deputado Moacir Sopelsa, é que o Decreto Federal n. 6.660 permite aos agricultores usar 15m³ de madeira, mesmo na reserva legal, para uso dentro da propriedade e sem fins comerciais, e 20m, a cada três anos, de toras para reforma dentro da propriedade.

Nessa minha licença, estive em vários municípios do estado fazendo debates com os agricultores, e lamentavelmente vi muitos deles, deputado Professor Grando, serem multados pela Fatma porque tiraram eucaliptos das propriedades. E cito, como exemplo, fato ocorrido no município de São João do Sul, no alto vale do Itajaí, apenas não tenho o nome do agricultor no momento.

Isso é lamentável. Até quero chamar a atenção do governador do estado e do presidente da Fatma, Murilo Flores, acerca de situação que está ocorrendo na Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, que para mim parece a estratégia do susto. Em Praia Grande, um agricultor tirou 15m³ de madeira e foi multado em R\$ 8 mil.

Assim, sempre se critica a lei federal por ser muito restritiva, mas o Decreto Federal n. 6.660, de 21 de novembro de 2008, permite que os agricultores usem essa madeira, mesmo da reserva legal, desde que não seja madeira considerada em extinção.

Diante disso, encaminhamos a construção de uma audiência pública nesta Casa, para colocar frente a frente os agricultores, suas organizações e a Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina, para explicar essa situação que está colocada no estado. É uma situação lamentável, porque o pinus não precisa de licença para ser retirado pelos agricultores, desde que não esteja dentro da mata ciliar.

Deputado Pedro Uczai, estamos com uma situação lamentável aqui e não tenho dúvida de que existe uma política para assustar o agricultor, uma estratégia da bancada ruralista - e não quero acreditar que seja isso -, que está trabalhando no Congresso Nacional no sentido de que não exista mais reserva legal.

Infelizmente, eles conseguiram com o presidente Lula, na segunda-feira, retirar todas as mudanças cujos benefícios da lei seriam somente para a agricultura familiar. Então, ampliaram para 150ha e agora não precisa ser necessariamente agricultor familiar. Qualquer empresário que comprar uma área no interior, estará na mesma regra da agricultura familiar.

É lamentável a pressão que a bancada ruralista está fazendo nessa questão ambiental, de não ter cuidado ambiental. Isso precisa ser denunciado para a sociedade catarinense e para a sociedade brasileira, mais uma vez, eis que precisamos, sim, cuidar do meio ambiente. Precisamos repensar regras principalmente para aqueles que têm responsabilidade.

Eles dizem fazer discursos para os pequenos, mas não é verdade, porque nós é que estamos resolvendo 98% dos problemas da questão ambiental com as novas regras que estão saindo desde o ano passado. Mas infelizmente essa pressão faz com que a situação persista e não se cuide mais do meio ambiente no Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Inscrito para falar o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo a esta tribuna para fazer uma reflexão. E este deputado, do Partido dos Trabalhadores, o partido do presidente Lula, quer enfrentar o debate do chamado apagão de 2009, para ver que reflexão e que lições podemos tirar dessa experiência que aconteceu há dois dias.

Em primeiro lugar, essa experiência de transmissão de energia elétrica no país baseada na matriz hidrelétrica é uma experiência em que o Brasil tem tecnologicamente uma das mais avançadas do mundo. Em segundo lugar, quanto aos investimentos feitos pelo presidente Lula, aqui inclusive manifestado pelo deputado José Natal, são 123 mil quilômetros de redes de transmissão. Há anos não se investia tanto em redes de

transmissão. Inclusive, esses investimentos de infraestrutura energética, de novas hidrelétricas, todos esses investimentos são fundamentais para tocar a economia brasileira.

O segundo passo fundamental dado pelo governo do presidente Lula foi a interligação dos sistemas. O apagão de 2001 ocorreu em grande parte porque não existia a interligação do sistema. Portanto, como não estava interligado, deu pane, faltou energia naquelas regiões. Aquele problema foi muito mais sério do que este, que se deu em função de um raio, por problema técnico ou por alguma razão tecnológica do sistema.

Então, acho que os técnicos precisam investigar e deixar claro para a sociedade brasileira o que de fato ocorreu, até para enfrentar o problema. O médico enfrenta melhor o problema de uma doença quando ele vê claramente o que é. Mas o que aconteceu revela que esse sistema é eficiente, mas não tem 100% de segurança. Aonde eu quero chegar com essa reflexão?

Todos os investimentos são fundamentais e estratégicos. A interligação dos sistemas é algo fundamental, está comprovado no mundo inteiro e no Brasil, onde falta energia na região sul. Então, essa interligação do nordeste com hidrelétricas de outras regiões transfere energia para cá. Isso é fundamental e está correta essa estrutura montada no país.

Onde temos que avançar? O país não pode depender de uma matriz energética somente ou hegemonicamente ou majoritariamente de uma única forma de produção de energia. Ele tem que criar formas diferenciadas, diversificadas, de energia.

Não existe nenhum país no mundo com 100% de garantia de que não vai haver pane nos sistemas elétricos. E existem outros países com incidência muito maior de apagão do que o Brasil, se analisarmos que isso aconteceu em apenas dois momentos em uma década.

Nós precisamos investir em produção de outro tipo de energia, como a eólica, que é a energia dos ventos. Hoje temos, com certeza, 300 gigawatts de potência para gerar energia elétrica dos ventos, que pode ser descentralizada. A indústria pode gerar a sua energia, o município pode gerar a sua energia, a energia solar. Nós somos um dos países que têm a maior quantidade de sol do mundo, e o agricultor, na sua casa, pode ter a sua própria energia elétrica gerada pelo sol.

O deputado Jailson Lima chegou há poucos dias da China e falou de um poste em que é coletada a energia solar durante o dia, através de uma célula fotovoltaica, e à noite faz a iluminação pública.

Nós precisamos investir em alternativas de energia limpa, renovável, como a energia solar, que é de graça, como a energia eólica, que também é de graça. São matérias-primas gratuitas que a natureza nos dá. E o Brasil é um país com grande quantidade, além da água, de vento, sol e mar.

Visitei Peniche, em Portugal, onde está sendo desenvolvida uma tecnologia de geração de energia elétrica a 1.000m de distância da costa, numa profundidade de 50m, aproximadamente, onde estão instaladas grandes plataformas, uma delas de 500 toneladas, e através do movimento da água em três grandes pás é produzida energia elétrica.

Portanto, esse sistema é fundamental para o Brasil atual, é fundamental a interligação dos sistemas, é fundamental a hidroeletricidade porque é a matriz principal e, hoje, a mais barata.

Por outro lado, essa experiência que estamos vivendo tem que ter um aprendizado pedagógico, tem que ter uma orientação de política energética no país, diversificando a produção, ou seja - e vou usar uma expressão que politicamente, por ser da Oposição, talvez não seja a mais correta -, descentralizando a produção energética com PCHs, com biomassa gerando energia elétrica, através de dejetos de suínos ou outros dejetos, como o lixo urbano; com a geração de energia eólica, solar, do mar e tantas outras formas energéticas, além dos biocombustíveis.

Acho que essa é a lição que temos que tirar para admitir que não há sistema perfeito, como não há em outros setores tecnológicos, que também podem ter pane, mas as consequências que podem advir para a economia sempre são negativas. Por isso eu digo, com convicção, de forma tranquila e serena, que o sistema atual avançou muito e está muito mais eficiente do que estava num passado próximo. Mas ele precisa ter outras matrizes energéticas de energia limpa e renovável, o que poderá, a médio e longo prazos, produzida em escala, ficar mais barata e mais acessível.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Pedro Uczai, quando ocupei a tribuna na tarde de ontem fiz a minha observação exatamente no intuito de que a experiência desagradável do apagão no Brasil não pode ser levada para o discurso político. O que parece que já começou, hoje, na imprensa, uma vez que o PMDB e o PT bateram boca em Brasília por causa do apagão.

O que nós devemos fazer, como homens públicos conscientes, é ajudar com alternativas para isso não acontecer mais no Brasil. Nós, que não sofremos com o apagão, mas assistimos, através da imprensa, à experiência de quem sofreu, podemos constatar que esse problema não pode ser levado para o discurso político de um contra o outro. As alternativas a serem buscadas são essas que v.exa. acabou de colocar.

Nós fomos viver a experiência em Portugal, como v.exa. colocou. Por isso, o que temos que fazer? Tentar buscar o recurso, a tecnologia, a questão ambiental, que atrapalha muito, e implantar outra alternativa. E o homem público não pode subir à tribuna e fazer um discurso partidário porque houve um apagão no Brasil ou em Santa Catarina, para culpar quem está à frente do sistema. É lógico que, se a questão foi por uma sabotagem, daí, sim, mas por problemas naturais, não podemos politizar!

Queremos somar-nos a essa proposta e colocar para todos os catarinenses e brasileiros que temos que repudiar quem subir à tribuna de qualquer local para querer fazer política com o apagão que, lamentavelmente, deixou praticamente 18 estados deste país em pânico. E isso não pode servir como palanque político, de jeito nenhum, para a Oposição ou para a Situação, como v.exa. colocou.

E se essa onda de descentralização pega, isso vai funcionar pelo Brasil afóra.

Era essa a minha contribuição!

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado José Natal.

Este Parlamento, através da comissão de Turismo e Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes, e da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia, presidida pelo deputado Sílvio Dreveck, já votou e aprovou o requerimento

para realizar a terceira edição do Sustentar, o Sustentar 2010, que se vai realizar no Brasil em maio, e no mês de novembro em Portugal, pelo sucesso que foi o Sustentar no Parlamento catarinense. E queremos dar a nossa contribuição para pensar um futuro energética e ambientalmente sustentável, com responsabilidade e com novos padrões de produção e de consumo também de alimentos.

É nessa direção que queremos fazer esse debate e enfrentá-lo com serenidade, porque este país tem futuro, e esse futuro está-se percebendo nesse horizonte.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Pedro Uczai.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sílvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, eu quero dizer que o deputado Pedro Uczai fez um pronunciamento muito oportuno em relação ao que está acontecendo no sistema energético do Brasil, o apagão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campanha) - Deputado Sílvio Dreveck, eu peço perdão a v.exa. por interrompê-lo, mas quero registrar a visita dos alunos da Escola de Ensino Fundamental de Brusque, acompanhados da professora Flávia. Quero dar-lhes as boas-vindas e que se sintam em casa. Quicá, amanhã ou depois, deputado Sílvio Dreveck, entre eles estejam os nossos próximos representantes.

Feito o registro, continua com a palavra v.exa., deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente. V.Exa. pode ter certeza de que sempre daremos, de forma muito respeitosa, o espaço necessário para registrar a presença de estudantes e de professores da cidade de Brusque, um município reconhecido não só em Santa Catarina, mas no Brasil todo, pelo potencial econômico, pelo desenvolvimento e pela qualidade de vida. Sejam todos bem-vindos a esta Casa!

Mas eu estava falando a respeito do apagão, deputado Pedro Uczai. E existe um apagão em Santa Catarina, só que é um apagão diferente, é um apagão de memória. Eu me refiro ao nosso Aeroporto Internacional Hercílio Luz, deputado José Natal, a respeito do qual existe de fato um apagão na cabeça de algumas pessoas.

Nós aqui já falamos da importância, da relevância, da necessidade e da prioridade de haver investimentos no Aeroporto Internacional Hercílio Luz, porque é lamentável a sua situação pela falta de investimentos na infraestrutura.

Sabemos da sua relevância pela sua posição, pela facilidade de interligação no sul do Brasil, pela situação climática que é mais favorável. Mas quando falamos do aeroporto, o que nós ouvimos, e inclusive neste plenário, é que é da competência exclusiva do governo federal; que os governos estadual e municipal não têm responsabilidade e que a responsabilidade é dos parlamentares federais, que não têm dado a sua contribuição.

Contudo, se buscarmos as informações através dos relatórios e dos documentos provaremos o contrário, porque o que é da competência do município de Florianópolis, do prefeito, e o que é da competência do governo do estado não acontece. Ou seja, o acesso ao aeroporto.

Há um discurso de que a obra do aeroporto, deputado Lício Mauro da Silveira,

não se realiza porque os parlamentares federais de Santa Catarina não têm ajudado politicamente. Isso não é verdade! A prova, deputado Lício Mauro da Silveira, é que, em 2007, por uma proposição da deputada Angela Amin, toda a bancada catarinense, sem exceção, uniu-se e destinou nada menos do que R\$ 21.342.347,00 para investir na infraestrutura de acesso ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz. O estranho é que não houve nenhuma iniciativa nem do governo do estado, nem da prefeitura. Não bastasse isso, em 2008, a bancada catarinense, repito, sem exceção, todos os deputados de todos os partidos, novamente incluiu R\$ 19,9 milhões para a segunda etapa da Via Expressa Sul, na ligação com o Aeroporto Internacional Hercílio Luz.

Então, dizer aqui que os parlamentares não estão contribuindo não é verdade! O que houve foi a incompetência de não utilizar esses recursos que o governo federal, através da bancada catarinense, colocou e não foram utilizados por falta de projeto ou... Na verdade, existia um projeto, mas foi alterado. E mesmo alterando o projeto, sequer houve a iniciativa, por parte do estado, de registrar no sistema do ministério das Cidades a proposição, ou seja, o convênio para a realização dessa importante, necessária e prioritária obra para Santa Catarina.

Uma nota veiculada recentemente, no dia 21, diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"O planejamento da tão sonhada duplicação da avenida Diomício Freitas, principal acesso à Ressacada e ao Aeroporto Internacional Hercílio Luz, está em ritmo acelerado. Ontem o prefeito em exercício, João Batista Nunes, foi ao gabinete do ministro das Cidades, em Brasília, e conseguiu com o ministro Márcio Fortes de Almeida a liberação de R\$ 5 milhões para executar a obra avaliada em mais de R\$ 30 milhões."

Srs. deputados, já se perdeu mais de R\$ 40 milhões, agora apenas R\$ 5 milhões! Por isso, e por falta de iniciativa, por falta de vontade e por falta de decisão o dinheiro destinado para as obras do nosso importante Aeroporto Internacional Hercílio Luz não está sendo investido.

(Continua lendo.)

"Já em 1999 havia sido aprovada pela Câmara municipal a alteração do Plano Diretor prevendo uma infraestrutura viária nos bairros Carianos e Ressacada adequada às necessidades do aeroporto e em continuidade à Via Expressa Sul até a SC-405, no Campeche.

Em 2001, o então DER lançou a concorrência para a construção. A licitação foi suspensa pelo Tribunal de Contas da União por denúncia de superfaturamento.

Em 2003, na gestão do atual prefeito, o TCU emitiu o relatório no qual consta que não houve pelo menos um dos indícios de irregularidades graves apontados no relatório de levantamento da auditoria.

Em 2004, a prefeitura adquiriu áreas para a ligação da Via Expressa Sul ao aeroporto e ao Campeche e convenceu a Infraero a incluir no projeto de ampliação do principal aeroporto do estado a ampliação da pista para permitir vôos diretos da Europa e dos Estados Unidos, sem necessidade de escalas no Rio de Janeiro ou São Paulo.

Em janeiro de 2005, o atual governador Luiz Henrique da Silveira assinou com a Infraero o protocolo de intenções pelo qual o estado se comprometeu a construir o acesso ao novo terminal. O protocolo detalha todo o traçado seguindo as diretrizes do Plano Diretor, aprovado em 1999 e ainda vigente, e a

Infraero, além do novo terminal, iria ampliar a pista em 500m."

Então, srs. deputados, os documentos provam que os recursos existiram e ainda existem. O que faltou foi decisão, determinação de fazer o acesso para que a Infraero pudesse ampliar o Aeroporto Hercílio Luz, que é tão importante para todos os catarinenses e para o Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, com a permissão do deputado Nilson Gonçalves, quero apenas registrar que, na última segunda e terça-feiras, fiz um roteiro pela região sul e participei de um debate na Unesc sobre a questão das universidades comunitárias. E no dia de ontem se realizou a eleição para o DCE daquela universidade.

Eu queria só registrar que foi um processo bastante democrático, quatro chapas participaram do processo, venceu a chapa n. 1, com 1.600 votos, aproximadamente, encabeçada pelo estudante Pedro Vitor. Eu queria parabenizar as quatro chapas, especialmente a chapa n.1, um que saiu vitoriosa, desejar sucesso na gestão e cumprimentar também a atual diretoria que realizou uma bela gestão, sr. presidente. Estão de parabéns todos os estudantes da Unesc.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Vânio dos Santos.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro, com a compreensão do deputado Nilson Gonçalves, vamos ouvir, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero agradecer cordialmente ao deputado Nilson Gonçalves por me permitir 30 segundos, pois desejo somente registrar a presença dos empresários Tiago Ribeiro Zagonel e Marcelo Luiz Engelmann, que nos acompanharam na viagem à China e agora estão aqui conversando com o deputado Lício Mauro da Silveira, que também viajou conosco.

Está ocorrendo um seminário na Assembleia sobre orçamento participativo, com a presença do prefeito Sabino Bussanello, de Itapema, da prefeita de Frei Rogério, Ivonete Zager Felisbino, e também de representantes da Bahia, sr. presidente.

Obrigado, deputado Nilson Gonçalves, pela sua compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

Agora, sim, com a palavra o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Deputado Jailson Lima, fazemos questão, inclusive, de convidar v.exa. para, no dia 23 de novembro, participar, nesta Casa, de um debate sobre o pré-sal, com a presença da ministra Dilma Rousseff.

O deputado Jailson Lima, infelizmente, não está prestando atenção no que estou falando porque iniciou uma conversa muito acalorada com alguns parlamentares e, evidentemente, não teve a oportunidade de me ouvir. Mas oportunamente o convidarei para que também se faça presente no dia 23 de

novembro, nesta Casa, quando a RIC Record, a emissora em que trabalho, estará promovendo um debate sobre o pré-sal.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado, realmente está tão interessante aquela conversa ali que estou quase saindo da tribuna para poder participar dela também.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Eu agradeço, deputado Nilson Gonçalves, só um espaço de 30 segundos, pois gostaria de solicitar ao presidente para ver se consegue acalmar os deputados, porque estava na dúvida se haveria alguma divergência ou convergência pelo barulho que estavam fazendo.

Evidentemente que é só para contribuir para que v.exa. possa dar continuidade ao seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Agradeço, deputado e grande amigo Silvio Dreveck!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não, deputado!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Não mais que dez segundos, pois só quero parabenizar v.exa. pelo registro, assim como a RIC Record pela iniciativa de fazer aqui um debate tão importante com a ministra Dilma Rousseff, como o é a questão do pré-sal.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Com certeza será interessante esse debate com a presença da ministra Dilma Rousseff e também do governador José Serra, de São Paulo.

Eu sou presidente do Fórum Permanente sobre a Demarcação de Terras Indígenas em Santa Catarina. Estou falando só para lembrar aos senhores que esse fórum continua aberto, permanente e como tal devo satisfação não só aos srs. deputados como também aos catarinenses de uma maneira geral.

Então, apenas para que v.exas. possam ter uma idéia de como estão as coisas, nós tivemos a última reunião aqui com os deputados federais juntamente com os deputados estaduais. Fizemos um manifesto contra a forma como está sendo feita a demarcação de terras indígenas em Santa Catarina e colhemos 34 assinaturas dos srs. deputados. Fizemos a entrega ao responsável, ou seja, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília, que é o deputado Gervásio Silva.

Por que fizemos isso? Porque entendemos que esse manifesto assinado por praticamente quase todos srs. deputados irá ajudar a sensibilizar o presidente da Câmara Federal, no sentido de colocar em votação um projeto de autoria dos deputados Ibsen Pinheiro e Aldo Rebelo que resolveria essa questão.

O próximo passo é uma reunião que haverá em Brasília com os deputados federais e senadores de Santa Catarina, além de deputados federais de outros estados da federação que têm problemas semelhantes. Essa é a situação que foi definida na última reunião que tivemos aqui.

Estamos aguardando uma definição da data através do coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado Gervásio Silva, para que imediatamente possamos comunicar aos srs. deputados, especialmente aos membros do fórum, para irmos a Brasília acompanhar essa reunião deliberativa, ocasião em que será marcada outra reunião com a

presença do presidente da Câmara Federal, a fim de demovê-lo da ideia de manter na gaveta esse projeto tão importante para o segmento e principalmente para a solução desse problema de demarcação de terras indígenas.

Em relação ao Fórum Permanente sobre a Demarcação de Terras Indígenas em Santa Catarina era isso que nós tínhamos que falar.

Quero aproveitar este minuto que me resta para comunicar a v.exas., principalmente lá da região de Joinville, que entramos com uma indicação solicitando aumento, além da ampliação, da pista do aeroporto de Joinville, coisa que já virou uma novela, pois há uma família de caranguejos de um lado e umas copas de árvores de outro que estão complicando a nossa vida. Mas as árvores já estão sendo cortadas, melo à revelia, mas a questão da família de caranguejos ainda vamos ter que resolver o que fazer. Mas, se Deus quiser, vai ser ampliado aquele aeroporto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO

TOMELIN - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio Aleisc Digital, sábado acontece um grande evento em comemoração aos 150 anos de fundação do Tabajara Tênis Clube, de Blumenau. Ele foi fundado em 1859, um clube que iniciou como a Sociedade de Atiradores de Blumenau, os Schützengesellschaft, e que tem ao longo da sua história sido um ícone de várias discussões do ponto de vista econômico, do ponto de vista social, do ponto de vista de relacionamento das pessoas de Blumenau, dos formadores de opinião de Blumenau, daqueles que fazem o desenvolvimento da cidade de Blumenau.

Não só do ponto de vista econômico, mas também na área social, o Rotary Club, o Lions Club e a Rede Feminina de Combate ao Câncer sempre fazem suas festas de encerramento e suas promoções no Tabajara Tênis Clube, assim como as entidades empresariais, as entidades do estado de Santa Catarina procuram as instalações do Tabajara para uma parceria saudável.

O clube tem sido gerenciado com mão de ferro pelo atual presidente, sr. Otávio Guilherme Margarida, um jovem que tem-se destacado e que enfrentou, inclusive, um grande desafio, porque na catástrofe de 22 de novembro, o Tabajara também foi atingido, drasticamente atingido, mas mesmo assim tem conseguido renovar o clube e dar aos associados e à comunidade de Blumenau uma instituição referência para o estado e o país.

Quando eu trouxe, no ano retrasado, o palestrante Jim Cunningham, da Disney, ele esteve lá no clube e disse que lá os associados e a diretoria prestam atenção em todos os detalhes: de serviço, de atendimento, de produto, de relacionamento e de carinho, tudo isso é preservado no Tabajara Tênis Clube.

Eu não poderia deixar, na véspera dos seus 150 anos, de registrar que amanhã haverá um grande culto pela manhã, na Igreja Luterana.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço em aparte o deputado

Peninha, que tem estado presente na região de Blumenau, que tem estado muito no nosso município, levando o seu apoio, as suas informações, e aqui neste Parlamento tem ajudado este deputado para que possamos melhorar a vida dos catarinenses e, mais especificamente, a vida dos blumenauenses.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Giancarlo Tomelin, inicialmente quero também parabenizar v.exa. pelo bellissimo trabalho que tem feito nesta Casa Legislativa. É o seu primeiro mandato, é verdade, mas pela sua atuação no plenário, nas comissões, em todos os setores da Casa, parece ser um deputado veterano, com uma experiência muito grande.

Meus parabéns, Deus vai permitir que v.exa. retorne a esta Casa em 2011 com sua vaga definitiva!

Mas quero aproveitar para parabenizar, se v.exa. me permite, também o Tabajara Tênis Clube pelos 150 anos de fundação, até porque já morei na cidade de Blumenau por dois, quando criança, no bairro da Velha e de Itoupava Seca, um ano em cada um, e sei a importância daquele clube.

O Tabajara reúne, poderíamos quem sabe dizer, o alto PIB de Blumenau. Os grandes empresários estão lá e são essas pessoas que dão a força econômica ao município, que geram emprego, que geram renda para a cidade. É lógico que fazem isso em parceria com o conjunto da sociedade, mas estão sempre no Tabajara prestigiando, valorizando.

Se a minha agenda permitir, deputado Giancarlo Tomelin, estarei lá, no sábado à noite, para, juntamente com v.exa., prestigiar todos os associados Tabajara Tênis Clube.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Deputado Rogério Mendonça, v.exa. será muito bem-vindo nos 150 anos do clube, para juntos comemorarmos essa data, entendendo o processo social em que o clube se insere e haverá sempre de se inserir na cidade de Blumenau, porque é um clube que presta relevantes serviços ao município, pois as grandes campanhas de voluntariado, de responsabilidade social passam pelo Tabajara Tênis Clube.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. pode me conceder um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço em aparte o sr. deputado José Natal.

O Sr. Deputado José Natal - Deputado Giancarlo Tomelin, o deputado Rogério Mendonça tem razão, v.exa. parece que tem muito tempo de Alesc, deve ser sua fisionomia que está meio abalada, mas quero dizer ao nobre amigo que, com certeza absoluta, os 150 anos do Tabajara devem ser reverenciados como v.exa. está colocando aqui neste momento.

Talvez o grande problema da juventude brasileira hoje, o grande problema da violência no Brasil, seja o desaparecimento dos grandes clubes sociais, onde a juventude se encontrava desde cedo e partilhava valores, experiências. Isso, lamentavelmente, acabou. E quando um clube consegue alcançar 150 anos é porque ainda há na cidade pessoas visionárias, que sabem da importância disso no contexto social. Gostaria que no país houvesse mais clubes desse tipo porque talvez pudéssemos viver numa sociedade mais humana, mais harmônica, mais calorosa, mais fraterna.

Sucesso a todos os blumenauenses e que continuem nessa linha.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Muito obrigado deputado José Natal.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. pode me conceder um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Ouço em aparte o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Quero apenas assinar embaixo tudo aquilo que v.exa. está falando e parabenizá-lo, inclusive, pela iniciativa de trazer a esta Casa essa homenagem a esse clube tão tradicional de Blumenau. Quero parabenizá-lo e também ao Tabajara Tênis Clube pelo aniversário. Que Deus ilumine a vida daquela gente que faz muito por Blumenau, juntamente com v.exa.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves, realmente o Tabajara Tênis Clube participa dos desfiles da Oktoberfest, levando alegria às ruas, participa também na área esportiva com grandes competidores, como Gustavo Kuerten e tantos outros; na área do futebol; na área do tiro, é um destaque como todos os outros clubes de caça e tiro; enfim, nos esportes como um todo, além de ter uma grande academia de ginástica.

O Tabajara Tênis Clube merece, sim, os nossos parabéns pelos 150 anos!

Queria dizer que o presidente Otávio Guilherme Margarida não faz nada sozinho, mas na companhia do vice-presidente Alberto Stein; do diretor administrativo, Thomas Bueckman, do secretário Jorge de Oliveira; do tesoureiro Alcemir Karasinski, que há anos coordena a tesouraria do partido; do vice-tesoureiro Carlos Roberto Dorigatti; do diretor de patrimônio, Felipe Avelar Ferreira; do vice-diretor de patrimônio, Maurício Kreibich; da Cynthia K. Baumgarten; da Daneila S. Bogo; da Rita Schürmann; da Lorna Stein; do André Germano Bürger, o Teco; do Edson Luiz Moser; do Clóvis Lenzi; do Ricardo Guedes Viotti; do Joaquim Teixeira Paulo Filho; do Raul Kegel; do Carlos Péricas; do Valmor Cunha; da Traugot Kaestner; do Rubens Tadeu Varella; da Rúbia Cunha; do Cao Hering; do Lúcio Flávio V. Simões; do Caio Alexandre Wolff e do Clóvis Lenzi, que são membros da diretoria do Tabajara Tênis Clube.

Por isso este Parlamento já aprovou esse requerimento de homenagem ao Tabajara Tênis Clube pela passagem dos seus 150 anos, que vai ocorrer neste sábado.

Parabéns ao Tabajara, parabéns aos associados, àqueles que fizeram e que fazem a história, e que o nosso clube possa ser um elo dos empreendedores, dos colaboradores, das forças vivas de Blumenau, da sociedade organizada. E que todos que forem àquele município para levar investimentos possam ter no clube um recanto de discussão, de debate, de diálogo saudável para pensar em Blumenau hoje e no futuro, a fim de que possa continuar a ser a locomotiva de desenvolvimento para Santa Catarina.

Parabéns, Tabajara Tênis Clube, pelos 150 anos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, os anos de 1859 a 1869, na época do desbravamento, povoam as nossas mentes com a construção do canal de Suez. À época, dez anos foram

gastos para fazer 163km de canal, ligando o porto egípcio de Said, no Mar Mediterrâneo, a Suez, no Mar Vermelho. Esses 163km de canal impulsionaram para que mais tarde a humanidade fosse beneficiada com a construção do canal do Panamá, também idealizado por Ferdinand de Lesseps.

Pois bem: foram necessários dez anos para fazer 163km de canal, com mais de 100m de largura, por onde passam 21 mil navios por ano. Há mais de dez anos estamos esperando pela duplicação da BR-101 e ainda transcorrerão mais alguns até que ela esteja pronta. Enquanto isso, ela continua causando mortes, problemas sérios para o sul do estado e para o sul do país, porque, inclusive, é o corredor do Mercosul.

Então, é importante nos basearmos na história, para que possamos vencer os dias de hoje. Com a tecnologia daquela época conseguiram mudar o mundo, permitindo maiores avanços.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Sr. deputado Professor Grandó, eu quero apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que eu estive no lançamento da mostra de Ferdinand de Lesseps, que veio através da Tractebel Energia. E parabenizo o Manoel Zaroni pelo desprendimento da Tractebel Energia de trazer uma obra desse tamanho para o Museu Cruz e Sousa.

Eu espero que todos os catarinenses que possam vir à capital visitem a exposição de Ferdinand de Lesseps, para ver o que ele fez no canal de Suez.

Parabéns a v.exa. pela ligação daquela obra com a BR-101, nada diferente da sua rara inteligência.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - O nosso partido sempre se preocupou com a cultura. A cultura é a essência, é a identificação de um povo.

A sensibilidade do governador Luiz Henrique da Silveira, ao visitar a França, estabeleceu um elo no seu relacionamento com a Tractebel, que fez um grande investimento no estado de Santa Catarina. E nós queremos aqui convidar todos para a exposição que trata desse grande feito da humanidade, como forma de cultura, de tecnologia, de ciência, de interação entre os povos.

Os catarinenses devem aproveitar algo que é raro, que só ocorre na Europa, mas que graças à sensibilidade e ao apelo do governador e da Tractebel, por terem essa sintonia com Santa Catarina, com o seu povo, neste ano da França no Brasil, está acontecendo de forma gratuita no Museu Cruz e Sousa.

Portanto, vamos conhecer, vamos aprender com a história, com a cultura e comparar esse feito com os dias de hoje, para que possamos avançar ainda mais na questão da cultura, da boa política, dos feitos, da ciência e da tecnologia que tanto precisamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria cumprimentar a dra. Vanderléia da Silva Souza, que é presidente do Conselho Estadual de Radiologia, e os técnicos que executam os procedimentos de raios-X no estado de Santa Catarina.

Já temos 1.411 técnicos, 119 auxiliares e 125 tecnólogos. E a dra. Vanderléia é a presidente do conselho, que é uma autarquia do governo federal, que regula e fiscaliza a posição de técnicos de raios-X. Assim como existe o Conselho Regional de Medicina, de Enfermagem, temos o Conselho Regional de Radiologia.

Quero saudá-la por estar acompanhando a nossa sessão e cumprimentá-la pelo desempenho da sua função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, nesta viagem que eu, o deputado Jailson Lima, o prefeito de Itapema e empresários fizemos à China visitamos diversas empresas de energia eólica, de energia solar e a PCHs, empresas que trabalham com turbinas.

Só quero salientar um fato para depois adentrar num outro fato: a importância que eles dão, e isso ficou claro logo no início das preleções, aos certificados de qualidade que essas empresas têm. Todas elas, através dos seus diretores, a primeira coisa que mostram é o certificado de qualidade que conquistaram não só na China, mas internacionalmente.

O que é um certificado, o que é uma recomendação com relação a esse aspecto que nós estamos falando? É uma garantia construída pelos funcionários do resultado de um trabalho árduo. E faz com que se apresentem dados suficientes para que sejam certificados. Qualquer mudança que se faça na estrutura organizacional pode fazer com que esses certificados venham a deixar de existir.

Por que estou falando isso? Porque ontem à tarde eu tive a satisfação de verificar que a Fundação Celesc de Seguridade Social, a Celos, depois de um trabalho intenso, foi recomendada para ser certificada com a ISO 9001.

Isso significa o quê? Significa o que foi dito anteriormente: um trabalho árduo, muito árduo de todos os funcionários da Celos com relação aos serviços prestados aos funcionários da Celesc, que possuem, hoje, uma das únicas fundações certificadas do país. Isso é uma honra para nós.

Mas nós temos que entender que qualquer mudança de gestão da diretoria da Celos, qualquer mudança de funcionários chaves que trabalharam para que isso acontecesse, pode resultar na perda da certificação, pois ela não é eterna, de tempos em tempos as empresas são auditadas, avaliadas e, como consequência, se não estiver dentro dos ditames como hoje está, é retirada a certificação.

Fiquei, repito, muito orgulhoso em ver a certificação da Fundação Celos, a qual eu pertencço. E espero que essa certificação continue por anos e anos e que outras certificações sejam concedidas à Celos e também à nossa Celesc.

Queria parabenizar a diretoria da Celos, na pessoa de Milton Garcia, do Sari, do Remi Goulart, do conselheiro João Paulo de Souza e, principalmente, dos funcionários pelo brilhante trabalho que estão fazendo.

Hoje haverá novamente a troca de diretores na Celesc, e além de trocar um, adentra outro para a diretoria de Geração. Vou me ater àquele que vai assumir a presidência da Celesc Distribuição hoje, não é a *holding*, a *holding* ainda continua sob a presidência de Sérgio Alves.

Quero abordar a opinião que o sindicato tem com relação a essas constantes mudanças que estão acontecendo dentro da empresa e que poderão prejudicar muito o setor energético no estado de Santa Catarina. Nós estamos convictos de que ela tem que ser mantida pública. Eu considero um dos maiores desafios de um governo manter a empresa pública. É muito fácil privatizar um setor qualquer, é só fazer a transferência para determinados comandantes, deixando de lado aquilo que é importante para o estado. Ou seja, foge à sua responsabilidade de uma maneira covarde.

Com relação à pessoa que está entrando hoje, Alfredo Felipe da Luz Sobrinho, eu conheço muito bem, é uma pessoa séria, competente, atenciosa, que, acredito, vem para somar. Mas os nossos funcionários e o nosso sindicato têm uma preocupação: será que agora, no final do ano, não vai mudar tudo de novo? O vice-governador Leonel Pavan deverá assumir o governo no início do próximo ano. Será que não vai haver mudança na presidência? Será que não vai haver mudança novamente na Celesc Distribuição?

Ninguém tem e nem pode ter restrição ao nome do Felipe Luz, não só porque o conheço, mas porque até o sindicato - não falo em nome do sindicato, mas opino em nome do sindicato - não tem nada contra a sua nomeação. A nossa preocupação são as constantes mudanças. E muitas mudanças podem prejudicar o desenvolvimento de um trabalho que vem sendo feito de forma adequada. Então, essa preocupação do sindicato é válida e é também a preocupação deste deputado.

Estou tranquilo com relação a Felipe Luz, mas resta saber se em dezembro vai haver outra modificação, porque nós ficamos vendo modificação atrás de modificação, e a continuidade administrativa onde fica? Se Felipe Luz veio para ficar será melhor para a sociedade catarinense. Eu o conheço e, repito, sei da sua seriedade e da sua responsabilidade.

Ora, eu fico preocupado também com essas mudanças, deputado líder do governo, porque mudanças atrás de mudanças geram problemas sérios. Falei e repito: a falta de continuidade administrativa é um pecado mortal das nossas administrações.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Eu gostaria de ouvir o deputado Vânio dos Santos, que também é um defensor convicto das empresas públicas. Isso nós fazemos por convicção e não por interesse.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer que vou abordar esse tema da Celesc.

V.Exa. sabe muito bem que hoje pela manhã os funcionários da Celesc paralisaram no interior do estado. E hoje à tarde vai ocorrer a paralisação, a partir das 13h30, aqui na sede, no momento em que estiver ocorrendo a reunião do conselho, na qual volta à pauta a indicação do ex-prefeito de Imbituba à direção da empresa.

Não tenho nada contra, mas o problema é que a Celesc está sendo exposta a mudanças constantes. A revista *Exame* está trazendo mais uma entrevista com um dos investidores e coloca números, como, por exemplo, a queda do lucro da empresa nos últimos quatro anos, em torno de 50%, além de outras questões. Fala ainda da qualidade dos serviços e da ineficiência e nós não podemos concordar com isso porque a Celesc presta relevantes serviços ao estado de Santa Catarina.

Parabenizo v.exa. e vou abordar também esse tema!

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - É ótimo v.exa. abordar esse tema, principalmente no aspecto desse investidor. Temos que respeitar o investidor porque, quer queiram ou não, como ele investe, quer retorno. Só que alguns querem um retorno maior do que o normal, querem sangue do sangue. E não podemos concordar com isso, porque para eles não importam os meios para ter retorno financeiro.

Por outro lado, nós concordamos que há certos desmandos. E não são de hoje, já vêm de anos, antes da gestão do atual governo. Mas acredito piamente que com uma administração séria possamos ter resultados positivos. Temos problemas no sistema de distribuição pela falta de investimentos; temos problemas na operação por falta de investimentos, enfim, temos que fazer com que essa empresa seja a melhor possível e para tanto basta trabalharmos com seriedade e determinação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado, quero dizer que nós também temos uma posição clara: a nossa Celesc tem que continuar pública. Não podemos começar a defender os empresários. O lucro da empresa é para os catarinenses. O que interessa é o lucro para seis milhões de catarinenses e não para um único investidor. Não é esse lucro que nós queremos. Nós queremos o lucro para os catarinenses, a empresa tem que dar lucro para os catarinenses.

Agora, se há mudanças, são mudanças trabalhadas com o governador Luiz Henrique juntamente com o vice-governador Leonel Pavan, para melhorar a empresa e nunca para prejudicar o andamento dessa empresa que orgulha os catarinenses.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, até porque é muito importante o seu comentário.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Na mesma linha, deputado, eu queria corroborar com o que disse o deputado Elizeu Mattos.

E não me assusta nada o deputado Vânio dos Santos vir aqui defender os empresários, porque é isso o que o Lula tem feito em nível nacional defendendo os banqueiros, os grandes empresários, os grandes conglomerados. Não me assusta nada que o PT agora queira defender os empresários e o lucro e não mais a sociedade.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, encerro o meu pronunciamento, em face do término do tempo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença dos vereadores de Ponte Alta, Claudemir Pereira dos Santos, José Raniel Bartsen e Moacir Lourenço dos Santos, que nos visitam e também amigos de Campo Belo do Sul que hoje acompanham a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Gelson Merísio, que preside esta sessão, srs. deputados, sras. deputadas, pessoal da imprensa, vou dividir o meu tempo com o deputado Adherbal Deba Cabral, a quem agradeço, já que o primeiro horário seria de s.exa.

Deputado Lício Mauro da Silveira, quero cumprimentar v.exa. e deixar registrado nesta Casa que a ilustre figura do dr. Felipe Luz poderá ser homologada como presidente da Celesc. Trata-se de uma pessoa que conviveu muitos anos com o senador Atilio Fontana, que foi quem construiu a Sadia, um senhor que não tinha estudo, apenas o curso primário, mas que construiu um império e que tinha, acima de tudo, sensibilidade social, um homem que olhava para as pessoas mais humildes.

Sei que o dr. Felipe Luz carrega isso com ele e que vai olhar, sim, para os investimentos da Celesc, para o lucro dos investidores, mas também vai olhar para os consumidores, vai olhar para os que precisam de instalação de energia elétrica, para aqueles que ainda não tiveram a felicidade de ter eletricidade principalmente no campo, aonde a energia elétrica não chegou. Nos últimos anos foram muitas as expansões da rede, mas ainda temos locais, regiões, onde a energia elétrica precisa chegar.

Faço esse registro com muito orgulho e quero dizer a todos que dependem da Celesc, àqueles que são acionistas da Celesc, que tenho certeza de que ele irá conduzir essa empresa muito bem, eis que é um homem que pensa no desenvolvimento e nas pessoas mais necessitadas.

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - É como eu falei há pouco no meu pronunciamento, a preocupação que os sindicatos têm, e não sou a pessoa que possa falar em nome dos sindicatos, pois não tenho essa responsabilidade, não posso ter, e dos funcionários é que essas mudanças estão sendo feitas de forma muito constante e que isso prejudica o andamento do serviço, no aspecto do planejamento.

Eles não têm nada contra a pessoa do dr. Felipe Luz, como também v.exa. e eu que o conhecemos e sabemos da sua seriedade e competência. Eu tive a oportunidade de falar com o dr. Felipe Luz rapidamente, coloquei-me à sua disposição para conversar, no bom sentido, com relação à empresa. Agora, só não gostaria de no início do próximo ano ser tomado de surpresa, deputado Moacir Sopelsa, com uma nova mudança. Ele tem que vir para ficar até o final do governo. Nós não podemos ter mudança atrás de mudança, porque isso prejudica, como já falei, o andamento dos trabalhos da empresa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Lício Mauro da Silveira. Claro que também torço para isso.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - O horário não é todo meu, mas ouço v.exa. com todo prazer.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Até quero agradecer, deputado Moacir

Sopelsa, já v.exa. é um democrata. Mas quero dizer ao deputado Giancarlo Tomelin que não tenho nenhum problema em fazer a defesa dos empresários, porque tenho muitos amigos que são micro, pequenos e até médios empresários; por isso, não tenho problema de fazer a defesa dos empresários que cumprem a lei, que respeitam o meio ambiente, que cumprem as leis trabalhistas e que possuem responsabilidade social. Agora, nem todos agem assim.

Eu citei a autoria da entrevista não para defender o que está escrito, pelo contrário, para dizer que a exposição da Celesc não interessa a ninguém e por isso a empresa tem que ter uma gestão cada vez mais profissionalizada, com investimentos.

Eu estarei logo mais junto com os trabalhadores da Celesc nessa paralisação, que irá pedir exatamente isso e tenho certeza de que o deputado Lício Mauro da Silveira, que sempre participou dessa luta, também estará lá.

O que não dá é para colocar a culpa nos trabalhadores, dizer que estão sobrando pessoas na Celesc do jeito que está escrito ou que a empresa é ineficiente por sua própria natureza, porque não é assim.

Agora, acho que também essa questão da descontinuidade administrativa prejudica, porque foge de um dos pressupostos que é exatamente cada vez mais ter a profissionalização da gestão da empresa.

Quanto aos demais empresários, não vou entrar nesse cenário, porque certamente o deputado Giancarlo Tomelin tem muito mais condições de defendê-los do que eu.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Vânio dos Santos.

Para encerrar, quero dizer que fico feliz de o dr. Felipe Luz assumir a presidência da Celesc.

Deputado Vânio dos Santos, sabemos que existem empresários que têm a ganância às vezes maior do que a necessária. Mas sabemos também que a Celesc precisa do empresário, precisa dos seus funcionários, precisa dos seus técnicos, e o presidente precisa do apoio de toda essa estrutura para fazer um bom trabalho.

Deputado Adherbal Deba Cabral, só quero fazer um registro e já passo a palavra a v.exa. Inclusive, o deputado Peninha também vai querer um espaço no horário do partido.

Ouvi hoje o deputado Dirceu Dresch, que agora deve estar em seu gabinete, fazendo alguns registros. E fico feliz porque o governo federal também começa a pegar como exemplo o Código Ambiental de Santa Catarina. Inclusive, o próprio ministro Carlos Minc, que num primeiro momento foi contra, hoje, deputado Lício Mauro da Silveira, está flexibilizando em algumas partes. Ele está mais flexível do que o nosso Código Ambiental.

Agora, também fico em dúvida quando o deputado Dirceu Dresch diz que a Fatma ainda não está agindo dentro do novo Código Ambiental. E se em algum local a Fatma ainda não está agindo com a nova lei, é preciso que isso seja levado ao conhecimento do governador e do presidente da empresa porque é uma lei que aprovamos para ser cumprida.

Fico feliz também porque muitas ações do governo federal começam a tomar como exemplo o estado de Santa Catarina. Ontem houve uma discussão na Câmara dos Deputados, deputado Edison Andrino, com relação à criação de um fundo social para o governo federal.

Deputado Jailson Lima, v.exa. é um amigo que tenho, é um deputado que tem feito pronunciamentos democráticos, por isso fico feliz que o exemplo de Santa Catarina seja seguido pelo governo federal, que quer criar o seu fundo social para investir em algumas ações mais urgentes, que exigem maior rapidez, deputado Edison Andrino.

Então, nem tudo aquilo que o nosso governador criou é ruim, como querem alguns, porque muitas das ações do governo catarinense estão servindo de exemplo para o país. Essa do Fundo Social é uma e a do Código Ambiental catarinense é outra.

Muito obrigado, deputado Adherbal Deba Cabral, pela sua compreensão.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - No restante do tempo do PMDB, com a palavra o deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que nos assistem e que nos ouvem, gostaria de dizer que está acontecendo um grande incêndio no município de Navegantes, no Frigorífico Icept, que pertence ao povo de Navegantes. E queremos manifestar a solidariedade dos deputados estaduais àquele município.

Felizmente, até este momento, pelas informações que temos, não há vítimas. Mas queremos solidarizar-nos com toda a população de Navegantes, até porque é um empreendimento inaugurado há menos de um ano, que estava servindo para a importação e exportação de produtos catarinenses e brasileiros.

Quero, neste momento, fazer referência também ao grande evento do PMDB que aconteceu no último sábado, dia 7 de novembro, em Balneário Camboriú. Na oportunidade foi inaugurado um busto em homenagem ao grande mestre da política do Brasil, dr. Ulysses Guimarães, lembrando a sua luta e dedicação em prol da democracia e do fortalecimento do MDB e do PMDB.

Ulysses Guimarães foi um dos políticos brasileiros com maior participação na luta pela redemocratização do Brasil. O busto de Ulysses Guimarães, com mais de um metro de altura, foi confeccionado em fibra de vidro pelo artista plástico Werner Thaler, do município de Treze Tílias.

A ideia de homenagear o peemedebista foi do atual prefeito de Balneário Camboriú, ex-colega da Assembleia Legislativa, Edson Piriquito. Eu estive presente ao evento com o governador Luiz Henrique, os ex-governadores Casildo Maldaner e Paulo Afonso, o senador Neuto De Conto, os deputados federais Valdir Colatto, João Matos e Acélio Casagrande, os deputados estaduais Rogério Peninha Mendonça e Renato Hinnig, secretário-geral do partido. Estiveram presentes ainda representantes e lideranças, filiados, articuladores e simpatizantes do PMDB de praticamente toda Santa Catarina.

Queremos então, nesta oportunidade, parabenizar a organização do evento, que teve a liderança do nosso colega de partido, presidente do PMDB de Balneário Camboriú, Plínio César dos Santos. Foi uma homenagem justa ao grande brasileiro que enalteceu a política, um homem que teve praticamente a sua vida pública dedicada à democracia e a todos os brasileiros.

Quero fazer um agradecimento ao nosso governador Luiz Henrique, aos nossos senadores, à nossa Frente Parlamentar Catarinense, aos deputados federais, pois o governo federal acaba de liberar R\$ 60 milhões para os portos de Itajaí e de Navegantes. A

verba será utilizada para aprofundar o canal de acesso ao terminal, que hoje temos apenas 11m de profundidade e precisa ter 14,5m no mínimo.

O governador Luiz Henrique da Silveira, após audiência com a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ontem, em Brasília, saiu com a promessa de que o governo federal vai liberar mais R\$ 60 milhões para aumentar o calado dos canais de acesso aos portos de Itajaí e de Navegantes. E a expectativa é de que as obras tenham início em abril de 2010.

O dinheiro para a ampliação do calado complementa outra verba de R\$ 23 milhões. Esse acréscimo é necessário para que a profundidade, conforme disse, alcance quase 15m de calado, para que o porto de Itajaí, a exemplo de outros portos brasileiros, possa ter competitividade no mercado internacional e possa receber navios acima de 250m de comprimento.

É muito importante essa reivindicação da região da foz do Itajaí, através do prefeito Jandir Bellini, através do prefeito de Navegantes, da Amfri, da Associação Empresarial de Itajaí e Navegantes e também de toda a foz do Itajaí e do vale do Itajaí, para que os portos de Navegantes e Itajaí possam competir com os demais portos brasileiros na importação e exportação.

Gostaria também, neste momento, de fazer um agradecimento especial ao secretário de Infraestrutura, deputado Mauro Mariani, ao diretor do Deinfra, Romualdo França, ao governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, e também ao vice-governador Leonel Pavan, uma vez que na próxima semana, possivelmente entre os dias 22 e 23 de novembro, estaremos no município de Ilhota, onde o governador do estado vai entregar uma ordem de serviço para o início da construção da ponte que vai ligar a BR-470 ao município de Ilhota, obra esta que teve a participação efetiva do deputado federal João Matos e de todo o Fórum Parlamentar Catarinense.

A cidade de Ilhota está esperando por essa obra há muitos anos. Essa obra teve a participação também do nosso combatente deputado Peninha, na Assembleia. E no dia 23 vamos estar em Ilhota entregando a ordem de serviço para o início daquela obra que é muito importante para todos os catarinenses.

Agradeço à cúpula da secretaria da Segurança Pública, assim como a parabenizo, através do secretário, do delegado da Polícia Civil, dr. Maurício Eskudlark, e de toda a estrutura da Polícia na foz do Itajaí, pela força-tarefa da Polícia Civil juntamente com Polícia Militar, através do apoio da prefeitura e da Câmara Municipal de Navegantes. Esse trabalho está sendo realizado há mais de três meses no município de Navegantes, com bons resultados, pois estamos acompanhando no dia-a-dia.

Agradeço a todas aquelas pessoas que direta e indiretamente trabalharam e lutaram para que pudéssemos levar para o município de Navegantes essa força-tarefa, uma vez que só neste ano de 2009 tivemos 25 assassinatos, ou seja, praticamente dois em cada mês. E realmente com a presença da Polícia Civil, com a presença da Polícia Militar, temos conseguido, nesses últimos dias, baixar praticamente para zero a criminalidade no município.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima.

Antes, porém, com a compreensão do deputado Jailson Lima, quero registrar com muita alegria e com muito prazer a visita a esta dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Dr. Carlos Moritz, do município de Brusque, e também da Escola de Ensino Fundamental Professor Henrique Heise, de Jaraguá do Sul. Essas escolas têm como responsáveis a Alessandra e a Iara Neumann, respectivamente.

Quero dar aos educadores e aos alunos as boas-vindas a esta Casa em nome da Assembleia Legislativa e dos 40 parlamentares.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ouço, pela ordem, o deputado Serafim Venzon, com a compreensão do deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero apenas ratificar os cumprimentos à professora Alessandra, aos alunos da Escola Dr. Carlos Moritz, bem como aos alunos de Jaraguá do Sul, que vieram participar de nossas atividades no dia de hoje. Mas também quero cumprimentar, sr. presidente, o superintendente do DNIT, dr. João José dos Santos, que tem sido muito eficiente tanto na parte administrativa quanto na parte política.

Existem algumas obras projetadas, como a BR-470, e o deputado Jailson Lima é um ferrenho defensor dessa obra, mas existem alguns pontos críticos que até a obra ficar pronta acabarão matando muita gente, como, por exemplo, o acesso da BR-470 a Gaspar, onde deveria ser feito um trevo. Mas como é uma obra cara para se fazer agora, poderiam colocar pelo menos uma lombada eletrônica próxima ao acesso a Gaspar, que já seria suficiente para impedir um grande número de mortes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro. Obrigado, deputado. Agora, sim, com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, presidente.

Quero aproveitar para enaltecer a figura de João José dos Santos, deputado Peninha, que tem sido um grande dirigente do nosso governo no DNIT, tentando encaminhar uma série de obras importantes em nosso estado, a exemplo da BR-470.

Quero aqui cumprimentar o professor Viegand Eger, reitor da nossa Unidavi, presente na Casa do Povo.

Srs. deputados, vou retomar um pouco do debate, deputado Vânio dos Santos, que o deputado Pedro Uczai iniciou hoje, desta tribuna.

Ontem o deputado José Natal fez críticas e observações contundentes a respeito do "apagão", entre aspas, que ocorreu no sul e sudeste do Brasil. E esta noite, vendo o noticiário pela televisão já madrugada adentro, ouvi o governador do estado de São Paulo, José Serra, fazer críticas muito mais contundentes em relação ao apagão, falando que o governo brasileiro não tem investido no setor energético. E aí nos cabe refrescar um pouco a memória das pessoas.

Durante o governo Fernando Henrique, em 2000, o Brasil cresceu algo em torno de 4,1% e 4,3%. Em decorrência do apagão, em 2001, cresceu 1,3%, ou seja, 3% a menos. E o que faltou foi uma análise estratégica de planejamento e de investimentos para que nós não passássemos pelo processo do apagão do governo Fernando Henrique.

Vamos refrescar a memória. O presidente Fernando Henrique, na época, deputado Vânio dos Santos, disse o seguinte:
(Passa a ler.)

"Se não chover, o país vai parar". A frase dita por Fernando Henrique Cardoso resumiu a situação da crise energética do país. "FHC admitiu que o governo brasileiro não tinha se preparado para tal situação, admitiu que deixaram correr solto. 'Deveríamos ter sido alertados e também alertado antes a população[...]'"

O governo ter sido alertado?! Isso é uma coisa incompreensível, pois temos que andar na frente!

Nós sabemos que o que está ocorrendo agora não é por falta de energia. É como um carro que quebra: quebrou uma peça e tem que consertar aquela peça. Caiu recentemente um avião da Air France, uma das companhias aéreas mais avançadas do mundo, e um avião novo, deputado Silvío Dreveck!

Então, o que aconteceu no sistema energético, no momento, foi que quebrou uma peça do sistema energético. Não foi a falta de energia que levou a ocorrer o apagão, como, de vez em quando, em Santa Catarina, apaga a luz em determinadas cidades.

Devemos entender que temos o maior sistema elétrico interligado do mundo, que só Itaipu mantém as regiões sul, sudeste e centro-oeste todas. E agora, com a usina do rio Madeira, outro sistema será interligado.

Mas o nosso governo tem investido não apenas no setor hidrelétrico, tem investido no setor termelétrico, como a Usina de Candiota, no Rio Grande do Sul, que é mais uma alternativa. Quanto ao setor eólico, vai haver o leilão de energia eólica no mês novembro, com a previsão de 11 mil megawatts para o Brasil inteiro. O país tem investido na energia solar, a exemplo da usina solar que a Eletrosul vai fazer aqui em Santa Catarina. E será a primeira usina de energia solar, mesmo que seja pequena, mas antenando-se às alternativas de energia limpa.

Devemos dizer que o apagão do governo Fernando Henrique, por falta de planejamento e de visão estratégica de estado - porque a Eletrosul não gerava energia, era tipo a Celesc, era apenas transmissora -, custou ao povo brasileiro R\$ 45 bilhões em um ano! E o seguro apagão, que o povo brasileiro pagou na conta de luz e do qual ninguém se lembra, custou para o bolso dos cidadãos brasileiros mais de R\$ 26 bilhões em um ano! Será que estão esquecendo isso tão facilmente?!

Então, temos que ter claro o seguinte: este governo tem planejamento estratégico e nos próximos 20 anos não faltará energia no Brasil, pela estrutura consolidada que temos.

Alguns dizem que estão fazendo blecaute com a nossa ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, que, queiram ou não, tem sido uma das figuras responsáveis pelo planejamento do Brasil, pelas obras de infraestrutura, pelos investimentos feitos durante a crise.

Quero dizer ao governador José Serra que a atual crise mundial, que aqui foi uma marolinha, como disse o presidente Lula, não representou para o povo brasileiro o que representou durante um ano o apagão do governo Fernando Henrique. Este ano deveremos crescer, mesmo com a crise, quase 1%, mas com investimentos estratégicos que já estão previstos, jogando o Brasil para um crescimento, no ano que vem, de mais de 4,5%.

Então, temos que rememorar isso! Não é porque haverá eleição no ano que vem

que vão dizer que esse apagão, causado por uma peça que quebrou no sistema, assim como um carro ou qualquer outra coisa quebra, ocorreu porque o nosso governo não tem investido.

Estamos levantando todas as causas. Já se descobriu que foram intempéries de pequena monta, mas que pelo fato do nosso sistema ser todo interligado, acabou causando a queda da transmissão de três linhas.

Por isso temos que ter claro que este governo tem investido, e muito, na área de energia, e não apenas nessa área, mas também em obras de infraestrutura, todas elas cruciais para o estado brasileiro.

Então, essa é a nossa resposta, até mesmo porque temos que nos lembrar de uma coisa: durante a crise do apagão do governo Fernando Henrique, muitas empresas estavam comprando geradores à base de diesel, que subiram a preços astronômicos, para tentar suprir a sua defasagem energética de antes da crise. Hoje muitas empresas ainda têm esses geradores embalados dentro de caixas porque compraram e desembolsaram recursos que não precisariam desembolsar para manter o seu nível de produção.

Por isso, como membro do Partido dos Trabalhadores, como deputado que nesta Casa representa o governo federal, faço essa defesa com muita tranquilidade. E põe tranquilidade nisso, porque a peça que quebrou já está sendo trocada e o governo brasileiro está tendo muita responsabilidade com as ações energéticas para o desenvolvimento econômico do país.

O povo brasileiro pode ficar tranquilo porque o Brasil está nos trilhos certos. O nosso país está sendo um exemplo mundial para a superação da crise e, principalmente, de intervenção em momentos como este.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Peça a palavra, pela ordem, o sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença na Assembleia Legislativa do ex-ministro da Pesca, José Fritsch, que é um dos candidatos à direção do Partido dos Trabalhadores, na eleição direta interna que o partido realiza a cada três anos, e que vai ocorrer no domingo, dia 22 de novembro.

José Fritsch integra uma chapa que é apoiada pelas principais lideranças do nosso estado. Ele foi prefeito de Chapecó por duas vezes e também deputado federal. Eu tive a honra de sucedê-lo na Câmara dos Deputados por dois anos, quando fui deputado federal, e a sua visita aqui para nós é uma honra, assim como é uma honra poder elegê-lo presidente do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina. Ele vai contar não só com o meu voto, mas com todo o meu apoio.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado ao deputado Vânio dos Santos.

Feito o registro, esta Presidência também quer cumprimentar o ex-deputado e ex-prefeito. Tive a alegria de ser prefeito de Concórdia na mesma época que s.ex.a. foi prefeito de Chapecó. E tenho certeza, deputado Vânio dos Santos, de que o partido estará em boas mãos, porque conheço a pessoa, o caráter e o homem que é o ex-deputado José Fritsch.

Parabéns e sintase bem em nossa Casa.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Gostaria também de saudar o ex-ministro José Fritsch, que foi um dos articuladores políticos da Frente Popular, sendo, inclusive, nosso candidato a senador; além disso, foi também prefeito de Chapecó. É uma pessoa que faz parte da história de Santa Catarina e tenho certeza de que exercerá a sua nova tarefa, já que o PT o escolherá para dirigir os seus destinos durante o próximo ano eleitoral, com lisura, competência e ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado! Feito o registro, passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0761/2009, de autoria da liderança do PP; 0762/2009 e 0763/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; e 0764/2009, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s.: 1.740/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 1.742/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.743/2009, de autoria da deputada Ada De Luca; 1.744/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.745/2009, 1.746/2009, 1.747/2009, 1.748/2009, 1.749/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 1.750/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.751/2009, 1.752/2009, 1.753/2009 e 1.754/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin.

Requerimento n. 1.741/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao secretário de Transportes e Obras de Florianópolis, solicitando a instalação de pontos de ônibus urbanos no trajeto da avenida Engenheiro Max de Souza, bem como nas localidades do posto da Guarda Municipal no bairro Coqueiros.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0152/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, a ser enviado ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre as medidas que aquele departamento vem adotando na prevenção e manutenção da parte estrutural das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles, no município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente e companheiros deputados, estávamos conversando com o vereador Dalmo Deusdedit Meneses, do Rio Vermelho, região leste da nossa ilha, da nossa querida capital, e ele nos deu a notícia boa, e sobre a qual nós nos pronunciamos ontem, de que o prefeito em exercício Gean Marques Loureiro autorizou o transporte da Lagoa, Costa da Lagoa e Barra da Lagoa, cuja viagem inaugural será no dia 12 de dezembro.

Portanto, as pessoas que forem para a Joaquina, Mole, Galheta, Barra da Lagoa e Moçambique terão uma alternativa de transporte, de lazer, uma viagem magnífica em menos tempo do que ficarem engarrafados na rua Vereador Osni Ortega e na avenida das Rendeiras.

Essa opção é uma alternativa a mais e nós estamos avançando. Na gestão do prefeito Edison Andriano houve a implantação do transporte marítimo e na nossa, a implantação da cooperativa. E estamos contentes porque será feito pelos próprios pescadores, pelas próprias cooperativas, pelas pessoas que moram naquela região, até como uma alternativa de geração de emprego.

Portanto, está valendo a pena essa luta e queremos convidar todos a conhecerem o novo transporte marítimo, porque todos fazem parte dessa luta, que representa o melhor rumo para a nossa capital e para o nosso estado.

Mas, sr. presidente, como já disse em pronunciamentos anteriores, cada dia que passa é um dia a menos. Nós estamos no tictac, contando as horas para o início daquilo que eu chamo de o maior evento mundial, que é o famoso encontro de Copenhague, que vai tratar das mudanças climáticas, da política mundial para evitar o aquecimento global. Esse encontro terá início no dia 7 de dezembro e irá até 18 de dezembro.

Sem sombra de dúvida, será o maior encontro com estadistas, com chefes de estados, representações oficiais, dando o seu posicionamento no cumprimento de metas, naquilo que o Protocolo de Kyoto já estabeleceu para os países desenvolvidos.

Só que esse percentual que o Protocolo de Kyoto estabeleceu e que vence em 2012 é muito pouco diante do que os estudos científicos coordenados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), o órgão da ONU que monitora os impactos do aquecimento global e aponta alternativas para mitigação, vêm mostrando. Os cientistas do IPCC chegaram à conclusão de que é necessário reduzir ainda mais a emissão de gases. E aí não é somente os países desenvolvidos cumprirem as suas metas, mas também os países em desenvolvimento. E nesse bloco entram o Brasil, a China, a Índia e a União Soviética, o Bric, como é chamado, além da África do Sul, países onde vive metade da população do mundo.

A cada dia estamos aqui dando notícias. Uma delas é que se formou um grupo de países chamados vulneráveis. São 11 países que se reuniram porque já estão sofrendo as consequências do aumento do nível do mar causado pelo aquecimento global.

Vamos ler um pouco sobre esse movimento, para o nosso conhecimento.

(Passa a ler.)

"Um grupo de 11 países vulneráveis aos efeitos do aquecimento global pediu ontem aos líderes mundiais que cheguem a um acordo vinculante contra emissões de gases do efeito estufa em dezembro, na conferência em Copenhague.

Bangladesh - e todos nós sabemos das suas plantações de arroz e o que acontecerá se houver a elevação do oceano Índico: alagamentos e falta de alimentação - , Barbados, Butão, Gana - em função da seca nos países africanos -, Quênia, Kiribati, Maldivas, Nepal, Ruanda, Tanzânia e Vietnã - grupo autointitulado V11 - prometeram antecipadamente, no Fórum dos Países Vulneráveis, nas Maldivas, que esverdearão suas economias como parte de sua contribuição para resolver a crise do clima. Em troca eles querem que os países desenvolvidos contribuam com 1,5% do seu PIB para financiar o combate e a adaptação ao aquecimento global nos países pobres."

Notem v.exas. que o presidente das Maldivas chamou a atenção mundial porque despachou mergulhando, ou seja, debaixo d'água, para mostrar o nível de elevação do mar.

Em 2005 tivemos os primeiros exilados ambientais, no oceano Pacífico: 150 famílias foram retiradas e levadas para a Austrália devido ao aumento do nível do mar. É uma espécie de atol que está alagando e diminuindo de tamanho. Portanto, vejam o que está acontecendo com esses países que são ilhas do Pacífico. E agora países com maior representação já estão sofrendo as consequências do aquecimento global.

Como o Brasil está nisso? O jornal *Folha de S.Paulo*, de hoje, traz que o presidente da França, Nicolas Sarkozy, chamou o presidente Lula urgentemente, e ele estará viajando neste sábado para se reunir com aquele presidente justamente na tentativa de estabelecer uma meta. No Brasil há uma grande contradição entre os ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, da Casa Civil, que por enquanto têm compromissos, mas não metas a serem cumpridas.

Nós nos preocupamos porque o Brasil poderia ser um país líder, pelo seu tamanho continental e pela sua posição geográfica. O Brasil poderia muito bem se valer de um dos itens do Protocolo de Kyoto, que permite a queda de patentes para aqueles países que usarem o MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Ou seja, que produza industrialmente sem poluir, que gere energia limpa. E isso significa avanço tecnológico.

Mas como nós já colocamos que ninguém se salva sozinho, todos têm que estar juntos porque a Terra é uma, o mundo desenvolvido tem que ajudar os países em desenvolvimento liberando as patentes dos remédios, da nanofísica, da ciência, do genoma, das pesquisas de novos materiais, das pesquisas de tecnologias, dos semicondutores, porque aí teríamos um grande avanço, os países do mundo interagindo numa virtuosidade muito grande para o bem da humanidade.

Em contrapartida, o Brasil também está ajudando, adotando uma tecnologia limpa, reduzindo as queimadas, porque

nosso país tem uma matriz energética limpa, praticamente 90% de sua produção de energia é através de hidrelétricas. No entanto, é um dos grandes poluidores do mundo, é considerado o quarto ou quinto grande poluidor. Por quê? Por causa da queima das florestas. Então, temos que combater, temos que evitar as queimadas. É possível termos atividades na área degradada sem derrubar a mata virgem, sem explorar aquela biodiversidade, aquele bioma. Há maneiras de fazer um desenvolvimento sustentável e o Brasil passaria a ser um líder mundial.

Portanto, o nosso apelo aos políticos brasileiros, à Câmara Federal, ao Senado, aos ministérios, ao presidente Lula, a todos os membros dos poderes que vão à Copenhague, no sentido de que levem uma meta a ser cumprida, porque a maioria dos cientistas está levando essa responsabilidade e o Brasil poderia ser o líder desse movimento mundial pela sua grandeza, pelo que representa, pelo conhecimento que já possui. Além disso, ganharíamos tempo na ciência e na tecnologia para nos desenvolvermos de forma sustentável.

É isso que os países têm que fazer. Aliás, esse é um dos itens do Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto não prevê somente a redução do dióxido de carbono, do metano ou do nitrato, mas traz num dos itens a questão das patentes, no sentido de que os países desenvolvidos não podem cobrar *royalties* e têm que passar os avanços da ciência. O conhecimento tecnológico não pode ter apenas um dono, mas o mundo todo. Em contrapartida, o Brasil forneceria o oxigênio para que a humanidade pudesse viver mais tranquila.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Vânio dos Santos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Antes gostaria de saudar o diretor Antônio Vitore, da Eletrosul, que se faz presente nesta Casa. Um forte abraço do Parlamento catarinense.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, dos demais meios de comunicação e funcionários desta Casa, queria registrar, sr. presidente, além da presença do diretor Antônio Vitore, da Eletrosul, essa empresa que tanto nos orgulha, não só a Santa Catarina, mas ao sul do Brasil e a todo o país, a pessoa que o acompanha, o meu amigo Vieirinha, militante do movimento popular, do movimento social, que muito se preocupa, inclusive, com a discussão sobre o Plano Diretor da sua cidade; também o nosso presidente do PT de Biguaçu que está acompanhando a nossa sessão de quinta-feira.

Quero ainda aproveitar para registrar a presença dos srs. Amauri Isaías Lúcio, que foi presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria Civil durante muitos anos, em Florianópolis, e que hoje é presidente da Associação dos Juizes Classistas da 12ª Região, e que está acompanhado do sr. Artur Eduardo Quilha, que é diretor de esportes do Clube Riachuelo e também do Ivan Vilarin, que é

presidente e atleta do Clube Náutico Riachuelo.

Quero dizer da satisfação, como catarinense, de podermos comemorar com vocês, em 2015, na véspera das Olimpíadas no Brasil, os 100 anos do Clube Riachuelo. Portanto, essa tradição, esse reconhecimento, esse carinho não só dos catarinenses, mas do Brasil, até porque, sr. presidente, em 2016 estarão também comemorando os 80 anos da participação do Clube Riachuelo nas Olimpíadas de Berlim. Assim, nada mais justo do que fazer esse registro e saudar todos os atletas do clube ao longo da sua história e agradecer a presença aqui, na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

Eu queria, sr. presidente, fazer o registro, até porque quero falar da Celesc, a Celesc Distribuição, a Celesc Holding, de que hoje, sr. presidente, pelo interior, por toda Santa Catarina, os empregados da empresa realizam uma paralisação e agora à tarde estão realizando-a aqui, na sede, aqueles trabalhadores e trabalhadoras da empresa na Grande Florianópolis, fazendo um alerta à sociedade catarinense sobre o modo de gestão e sobre sua preocupação com o futuro da empresa.

Ontem saiu na coluna da jornalista Estela Benetti a notícia de que os eletricitários parariam hoje. E eu registrei aqui, no plenário, que a revista *Exame* trouxe uma entrevista com um dos investidores da Celesc, Livio Parisotto, lamentando que uma empresa desse porte fosse para as páginas dos jornais e revistas em âmbito nacional com matérias desse teor. E não estou aqui respaldando todo o conteúdo da entrevista, mas quando ele coloca que a ineficiência da Celesc está intimamente ligada a uma forma de gestão de interferência política, que tem trazido aos resultados da Celesc, à imagem da Celesc, sérios prejuízos, eu concordo e digo que é preocupante. Por isso este Parlamento precisa posicionar-se sobre a questão.

Não é a primeira vez que assumo como deputado nesta Casa. Da vez anterior apresentei um voto em separado ao relatório do então líder do governo, hoje desembargador, o ex-deputado João Henrique Blasi, contrapondo-me à ideia de este Parlamento autorizar o governo do estado de Santa Catarina a privatizar a parte de geração de energia.

Naquela oportunidade acatei uma série de propostas e de soluções construídas no seio dos trabalhadores, discutidas no âmbito da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina. Vieira, juntamente com Vítor Schmidt e tantas lideranças no estado de Santa Catarina, construiu, inclusive, uma proposta alternativa de gestão para a Celesc, entendendo que a empresa poderia, sim, contar com investimentos privados, mas que deveria ser uma empresa administrada e gerenciada no interesse público.

Hoje, nós temos a experiência das universidades, principalmente as comunitárias - e eu, inclusive, estive em um debate na Unesc, em Criciúma - e muitas estão exigindo um novo marco regulatório, dentro de um debate que já está no Congresso Nacional.

A ideia de uma empresa que hoje não tem a maioria das ações ordinárias, mas que tem a maioria das ações preferenciais, o que dá o controle da gestão, precisa pautar-se pela transparência, pela profissionalização, pela participação dos empregados, pela continuidade na gestão, por que a descontinuidade, nomeando um político atrás do outro, cria sérios problemas.

Eu não tenho nada contra o ex-prefeito de Ibituba, Osny Souza Filho, que está sendo indicado como diretor técnico logo mais, na reunião do conselho da companhia. Mas parece-me que ele não tem a qualificação profissional, o perfil exigido para ocupar tal cargo. E a informação que tenho é que o governador Luiz Henrique da Silveira passará um rolo compressor usando a maioria de sete a seis no conselho para bancar tal indicação.

Então, não vim aqui, como quis afirmar o deputado Giancarlo Tomelin, defender qualquer investidor, qualquer empresário, defendendo os empresários que têm responsabilidade com o país, que cumprem as leis ambientais, que cumprem as leis trabalhistas e que têm responsabilidade social.

Agora, não estou aqui para defender interesses mesquinhos, escusos, ou interesses que não sejam dos empregados da Celesc e dos consumidores do estado de Santa Catarina. A Celesc sempre foi um exemplo de empresa pública. A Celesc sempre contribuiu com uma das maiores arrecadações do ponto de vista tributário com o estado de Santa Catarina. A Celesc sempre soube criar ouvidoria, ouvir os consumidores, ter um plano de cargos e salários, enfim, ser uma empresa organizada. O que desorganiza a Celesc são os sabores das ondas dos governantes. O que desorganiza a Celesc é o uso político da empresa no sentido da politicagem. O que desorganiza a Celesc é, às vezes, deixar quase vencer contratos para fazer essas licitações de forma urgente, deixando de cumprir a Lei n. 8.666, como já foi apontado.

Para concluir, sr. presidente, é preciso fazer um debate sério, transparente, sem vir aqui criar subterfúgios ou colocar bode no meio da sala. E a responsabilidade da gestão da Celesc é do governo do estado. É ele quem nomeia, é ele quem indica. E logo mais estarei lá, junto aos funcionários, apoiando essa paralisação e apoiando todas as medidas que venham corrigir a direção, o rumo e o futuro da Celesc.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Inicialmente, gostaria de saudar o deputado Jailson Lima, que está neste momento presidindo esta sessão da Assembleia Legislativa.

Quero saudar também o reitor Viegand Eger, da nossa Unidavi, Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, uma instituição que, sem dúvida, tem prestado ao longo dos anos um

trabalho importantíssimo na educação de toda a gente do alto vale, preparando as pessoas em todos os sentidos para o mercado de trabalho, para suas lutas diárias.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não, v.exa. é um deputado de Pouso Redondo e conhece bem a nossa Unidavi.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Rapidamente, porque sei que v.exa. vai terminar o seu pronunciamento relatando a sua agenda do final de semana e esse é o trabalho educativo muito importante. Aliás, ontem à noite estive em Guabiruba e Brusque e lá ouvi falar muito de v.exa., que realmente é um deputado muito atuante, muito trabalhador, que está sempre presente. E sou testemunha disso ao longo desses 11 anos de convívio nesta Casa.

Mas, deputado Peninha, parabéns pela manifestação. Nós, que participamos muito proximamente desse processo de crescimento da nossa Unidavi, sabemos que o professor Viegand Eger tem toda uma história forjada naquela instituição. É claro que tantos outros também deram sua contribuição, mas o professor Viegand Eger é a principal referência daquela instituição que une, que pensa, que ajuda no desenvolvimento do nosso grande alto vale. É muito bom ver aquela instituição crescendo vigorosa, ajudando cada vez mais o nosso processo de desenvolvimento.

V.Exa. também tem um grande papel, deputado Peninha, tanto que tivemos já a felicidade de receber o título de benemerito daquela instituição. E isso nos compromete em vê-la cada vez mais vigorosa em favor do alto vale de Santa Catarina.

Parabéns pela manifestação.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Obrigado, deputado.

Mas, meu caro amigo, reitor Viegand Eger, todas as quintas-feiras inscrevo-me neste horário para manifestar-me, para fazer referência à minha agenda do final de semana.

Muitas vezes, meu caro reitor, as pessoas pensam que os deputados só trabalham aqui na Assembleia, nas terças, quartas e quintas-feiras e que no resto da semana não fazem nada. Quando, na verdade, e eu insisto, na maioria das vezes a atividade é muito maior nas sextas-feiras, nos sábados, nos domingos e nas segundas-feiras, mas principalmente nos finais de semana.

Assim, tenho por hábito, sempre que possível, apresentar minha agenda do final de semana para que as pessoas saibam o que o deputado faz, e ajo assim até no sentido educativo, como disse o deputado Joares Ponticelli.

Mas hoje à noite estarei aqui na Assembleia participando de uma sessão solene, às 19h, em homenagem ao deputado federal João Matos, pelo Dia Nacional da Adoção.

Amanhã, sexta-feira, às 9h estarei em Ituporanga participando do Seminário PEC: Sustentabilidade Ambiental da Pequena Propriedade, que está sendo realizado da Aeavi - Associação dos

Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí -, da qual faço parte.

As 11h estarei em Petrolândia participando de uma atividade organizada pela secretaria de Desenvolvimento Regional e por aquele município, chamada força-tarefa. Às 16h estarei em Timbó numa reunião com o ex-prefeito de Rio dos Cedros, Hideraldo José Giampiccolo, e com professores do Cedup para tratar de interesse daquelas pessoas. À noite estarei em São João Batista, na Escola de Educação Fundamental Patrick Teixeira Brasil, numa solenidade de entrega de premiações. E, se possível, ainda estarei, no final da noite, em Bombinhas, numa reunião da executiva do meu partido, o PMDB.

No sábado, passarei o dia no município de Gaspar. Já no domingo, professor Viegand Eger, estarei, às 10h, em Lontras, onde teremos a nossa tradicional corrida de automóveis lá no Paraíso. Ao meio-dia estarei em Indaial, juntamente com o governador Luiz Henrique, assinaremos um convênio para a pavimentação da rua Dr. Blumenau - até convidado o reitor para ir conosco -, um projeto sonhado há muito tempo por aquela comunidade.

Segunda-feira pela manhã, às 10h, teremos uma reunião com o governador, provavelmente na Casa da Agrônoma. E quero ver se ainda, ao meio-dia, participo, em Brusque, de uma atividade organizada pela Epagri, deputado Serafim Venzon, de entrega de veículos pelo presidente daquela instituição. Aliás, ele esteve agora, segunda-feira, no alto vale, onde também foram entregues veículos para diversos municípios da região. Foram adquiridos pela Epagri 236 veículos, os quais foram entregues praticamente a todos os municípios. Foi muito bonito ver os veículos passaram lotados com símbolos de produtos de cada região.

As 19h estarei na Assembleia Legislativa entregando a Comenda Legislativo Catarinense, comenda essa que já foi entregue também ao professor Viegand Eger, da Unidavi, ao sr. Waldimiro Grundmann, um radialista da Rádio Clube de Indaial que já trabalhou em diversas rádios do interior de Santa Catarina. E essa minha homenagem, além de ser dirigida ao Waldimiro, que já foi, inclusive, prefeito de Timbó, é uma homenagem também a todos os radialistas de Santa Catarina que atuam em todas as pequenas emissoras e que têm a responsabilidade de passar a boa informação.

Eu sempre digo que no interior, nos municípios pequenos, a rádio é o principal meio de comunicação. Eu vou muitas vezes visitar o agricultor que está lá preparando o fumo na sua estufa e o rádio está ligado; vou visitar um agricultor que está preparando a sua cebola e o rádio está ligado. Então, essas pessoas têm uma responsabilidade muito grande de passar a boa informação.

Mas quero informar também que faremos uma sessão especial, esta noite, de homenagem desta Casa ao deputado João Matos pela Lei Nacional da Adoção, e gostaria de convidar todos os deputados para que participassem. O deputado João Matos teve um filho adotivo, o Cleber, que faleceu aos 15 anos com câncer, mas ele já tinha feito um trabalho nesse sentido, e em

função disso ele, que agora está com muito mais força, apresentou um projeto de lei no Congresso Nacional, percorrendo muitos estados, que desburocratiza as questões da adoção: até dois anos, no máximo, a criança deve ser adotada. E esse modelo que ele apresentou, através da lei que foi aprovada, a Lei Cleber Matos, será com certeza levada também para diversos países da América do Sul.

Sem dúvida alguma, muitas outras pessoas tiveram participação e quero fazer referência à dra. Sandra Amoroso, juíza em Balneário Camboriú, que ajudou e participou muito para que essa lei hoje existisse. É muito difícil os deputados, de modo geral, conseguirem que uma lei tenha tamanha repercussão nacional como essa que o deputado João Matos teve o privilégio de conseguir ver aprovada. É a primeira lei de adoção e, sem dúvida alguma, para nós de Santa Catarina e para mim, especialmente, que conheço de perto João Matos e tenho um carinho especial por ele, até porque foi uma pessoa que me levou para a política, é uma grande oportunidade.

Portanto, quero convidar todos para que hoje à noite, neste mesmo local, possamos juntos prestar uma homenagem ao deputado João Matos pela Lei Nacional de Adoção.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Peninha!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria fazer uma saudação a um grupo de professores que fizeram a faculdade da Udesc entre 2002 e 2006, de São Bonifácio, e que hoje acompanham os trabalhos desta Casa: Mirian Regina Schaeffer Krotz; Lucas Beumer; Marina Rohling Feuser; Jaqueline Souza Effting; vereadora vereadora Terezinha Fritzen; diretor do hospital Vilmar Airon Stock; Daniela Rohling Alexandre; Lourdes Leising; Alcione Exterkoctter; Maria de Lourdes; Vânia Schwabe; Emelyne Gervin, e a esposa do prefeito Laurino Peters, Neusinha Schaeffer Peters.

Esse grupo faz um grande trabalho na educação, especialmente do ensino fundamental e infantil, em São Bonifácio.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero registrar a presença, nesta Casa, do vereador Rodrigo Preis, da cidade de Rio do Campo, e do secretário da Agricultura, Álvaro Schorner.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSC Digital, catarinenses que participam da nossa sessão nesta manhã de quinta-feira, Santa Catarina sabe que o nosso partido, por ocasião da criação dessa mega estrutura

administrativa de 36 SDRs, alertava, naquela época, deputado Edison Andriano, que o estado estava cometendo um equívoco na forma de implementar a necessária descentralização das ações de governo.

Nós nunca nos posicionamos contra a descentralização ou a defendemos, mas com relação à forma nós sempre colocamos as nossas preocupações. Entendíamos ser uma estrutura muito cara e pouco eficiente. A descentralização necessária, deputado Jailson Lima, e que o nosso partido defende, pode, deve e tem que ser feita na parceria com o município. Descentralizar com menor custo, com mais eficácia, deputado Edison Andriano, é passar o dinheiro para o município. Ninguém melhor de que o prefeito para saber das prioridades e das necessidades da sua gente. Ninguém fiscaliza melhor a aplicação do recurso público do que a própria Câmara de Vereadores, por uma razão muito simples: o nariz do vereador está mais próximo do dedo do cidadão do que o do deputado estadual. Ninguém pode informar melhor a população sobre a aplicação e os resultados dos recursos do que o próprio jornal local, o jornal comunitário, a rádio comunitária, a imprensa local e regional. Esses veículos estão mais próximos.

Por isso, na descentralização que nós defendemos o dinheiro tem que ser passado diretamente ao município, porque assim vai produzir mais resultado, vai ser melhor aplicado. Evidentemente que as estruturas de governo têm que ser mantidas em cada região, como já tínhamos regionais da Educação, regionais da Saúde, regionais da Celesc, da Casan e tantas outras. Mas quanto a priorizar 20, 30, 40 cargos comissionados, mais 20, 30, 40 cargos terceirizados, nós sempre dissemos que iria faltar dinheiro e essa corda iria estourar em alguma ponta.

O governo vem repetindo que assumiu a folha de pagamento, em 2003, com o custo anual de R\$ 2,3 bilhões e que hoje esse custo já chega a R\$ 5 bilhões. Ora, essa é a maior comprovação do inchaço da máquina, priorizando o cargo comissionado, deputado Jailson Lima, porque o servidor efetivo, nós sabemos, não teve essa elevação salarial, pelo contrário, não teve sequer o pagamento da inflação do período. Basta ver a situação caótica dos funcionários do estado aposentados, que nesses sete anos receberam 1% de reposição, o que lhes dá uma perda real de mais de 42% da sua renda.

A sociedade catarinense está percebendo que nesse negócio das SDRs, os Conselhos de Desenvolvimento Regional tudo aprovam e pouco fazem, tudo que é pedido é aprovado, mas quase nada é realizado, e que esse negócio era um engodo.

E a prova de que o próprio governo sentiu o nocaute, deputado Jailson Lima, está aqui. Eu recebi, ontem, uma cartilha que deve ser padronizada, chamada *Seminário de Avaliação de Resultados*. Parece-me que isso está acontecendo em todo o estado. Eu não sei se isso é para tentar convencer a sociedade de que esse negócio funcionou, se é só esse o objetivo ou se essa aqui já é a cartilha de campanha do governador candidato ao Senado da República, porque eu nunca vi, deputado

Edison Andriano, alguém fazer a prestação de dois governos como se fosse um só.

Essa cartilha dá conta de sete anos de governo. Então, esse segundo governo foi tão fraco, tão inoperante, tão sem ações que tem que juntar as poucas ações do primeiro governo para prestar contas num só material?! É o material de campanha do governador candidato a senador, eu não tenho a menor dúvida. Mas, o que é pior, é uma campanha em que mentem de forma escrachada! Aliás, deputado Jailson Lima, eu estive no alto vale, na segunda-feira, e fiquei sabendo que o Seminário de Avaliação de Rio do Sul foi digno de pena do secretário Ítalo Goral. Meia dúzia de estranhos compareceu à SDR. Isso foi dito por prefeitos que lá estiveram.

E a prova, deputado Edison Andriano, da mentira escancarada está aqui. Vou citar um exemplo. Na página 13 desse tal *Seminário de Avaliação da SDR de Tubarão* ele coloca R\$ 13 milhões de investimentos para a conclusão do aeroporto regional de Jaguaruna. Isso aqui é dinheiro do governo federal, Luiz Henrique e seus assessores! Isso aqui é coisa de chupim. Chupim é que pousa no ninho do tico-tico. Esse dinheiro aqui é do governo federal, não pode ser colocado como dinheiro do governo do estado! E aí apresentam R\$ 211 milhões de investimentos!

Mas há outra coisa aqui que está mais escrachada do que essa. Eu recebi isso ontem e ainda não consegui analisar completamente. Eles apresentam investimentos, financiamentos do Badesc que a prefeitura de Tubarão teve que devolver, teve que pagar, que é um empréstimo como em qualquer outro banco, e colocam aqui como uma ação do governo do estado. São R\$ 3 milhões como se fosse dinheiro que o governo tivesse repassado a fundo perdido. E aí a gente começa a ler e só falta, deputado Jailson Lima, eles somarem aqui o salário do servidor para colocar como investimento na região.

Mas ainda há mais! Na parte da cultura não há nenhum detalhamento sobre a destinação de verbas que são altamente suspeitas, coisas como Desenvolvimento Tecnológico Científico e Inovação - R\$ 2,5 milhões. E aí aparece uma foto do rio Tubarão com a seguinte informação: "Investimentos em Ciência e Tecnologia, Pesquisa Universal e Pesquisas para o SUS - R\$ 2,5 milhões".

Então, a partir da próxima semana vou dissecar esse documento, e como sei que muitos nos acompanham através da TVAL, gostaria que cada catarinense que tem responsabilidade com a verdade pudesse resgatar, em cada região, uma dessas cartilhas de campanha do governador candidato a senador que estão sendo distribuídas estado afora e apontasse algumas das inverdades que estão sendo contadas nelas, para mostrarmos definitivamente para Santa Catarina que este governo mente de forma oficial e que, não tendo o que mostrar neste mandato, junta os dois e assim mesmo precisa fabricar informações colocando até financiamentos do Badesc para prefeituras do estado como se fosse dinheiro repassado a fundo perdido.

Vou trazer aqui também algumas outras informações de que em determinados

órgãos, em alguns municípios, a contribuição do estado, ao longo de sete anos, não chegou à casa de R\$ 10 mil.

Então, esse instrumento que serviria para fazer a campanha do governador candidato ao Senado vai servir mais uma vez para mostrar a falência de um sistema que priorizou a ficha de filiação partidária, o cabo eleitoral e que se transformou num grande ralo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e srs. deputados, o deputado Joares Ponticelli faz aqui uma crítica às secretarias de Desenvolvimento Regional, mas eu quero dizer-lhe, com todo o respeito, e pode ser até que s.exa. tenha alguma razão, que hoje o governador é reconhecido por todo o estado como um dos melhores governadores e as pesquisas estão dando exatamente esse resultado. E eu entendo que isso é fruto também da descentralização, do resultado do trabalho das SDRs.

Mas, sr. presidente, eu gostaria de falar sobre um assunto que a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina não aborda muito, que é a questão cultural. E quero até fazer um apelo aos deputados, ao deputado Professor Grandó, que é da região da Grande Florianópolis, no sentido de criarmos, nesta Casa, uma frente parlamentar em defesa da cultura de Santa Catarina.

Quando fui prefeito desta cidade tive a honra de criar a Fundação Municipal de Cultura, ou seja, a Fundação Franklin Cascaes, em homenagem àquele que é uma das figuras mais ilustres que pesquisaram a história folclórica das bruxarias de Santa Catarina. Então, nós precisamos valorizar mais o cinema catarinense, o teatro, as artes plásticas, a música etc.

Ontem tive a oportunidade de participar, no Largo da Alfândega, do encontro de todos os bois do Brasil. Ali estavam representados o Maranhão, a Amazônia, o Acre, Santa Catarina e vários estados da federação, num trabalho que chamou a atenção da população, principalmente da população nativa da Ilha de Santa Catarina, de Florianópolis.

Temos figuras importantes em vários setores da cultura de Santa Catarina. E nesta semana tivemos o lançamento de um CD de um dos músicos mais importantes do Brasil, Luiz Meira, de Florianópolis, *Te Chamo Felicidade*.

Eu gostaria aqui de ler um pouquinho do currículo do Luiz Meira, porque é bom ressaltar e divulgar essas figuras que às vezes não são tão conhecidas do setor político de Santa Catarina, mas que fazem arte com qualidade equiparada aos grandes centros e aos melhores músicos e artistas do Brasil.

Luiz Meira nasceu em Florianópolis. Cantor, guitarrista, produtor, iniciou sua carreira aos 15 anos no Circuito

Universitário de Santa Catarina. Após confirmar sua paixão pela música, a vontade de se profissionalizar levou-a à Europa em 1986, onde liderou o *Trio Massa Brasileira*, tocando em vários países daquele continente.

As célebres parcerias de Luiz Meira estavam apenas começando. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1990 e tocou com artistas como Beto Guedes, Fátima Guedes, Sandra de Sá, Luiz Melodia, Sá e Guarabira, Jussara Silveira, Elza Soares e, por fim, a união mais duradoura, desde 1997, com a famosa cantora brasileira Gal Costa.

Além dos intérpretes que fizeram parte da sua trajetória, instrumentistas como Paulo Moura, Márcio Montarroyos, Artur Maia, Cláudio Infante, Sizão Machado, Marcos Suzano e Armandinho figuram na lista das parcerias do nosso companheiro, músico catarinense, ilhéu, manezinho da ilha, Luiz Meira.

O arranjo e a produção são algumas das vertentes da carreira do músico, que já produziu diversos trabalhos de artistas independentes em todo o Brasil. O primeiro disco solo de Luiz Meira foi *Intuição*, em 2001, lançado no Brasil e em alguns países europeus. Atualmente, entre um *show* e outro da turnê de Gal, *Voz e Violão*, o músico se dedica a projetos como o Femic - Festival da Música e Integração Catarinense -, que é bancado, patrocinado, pelo Fundo Cultural do governo do estado de Santa Catarina.

Lançou este ano a terceira fase do Festival de Música da Integração Catarinense, valorizando todos os músicos de vários municípios do interior de Santa Catarina. E agora lançou o seu novo álbum, *Te Chamo Felicidade*, aqui, em Florianópolis, e também vai lançá-lo em alguns países da Europa.

Por isso, sr. presidente e nobres srs. deputados, sr. deputado Professor Grandó, é importante que esta Casa crie uma frente parlamentar em defesa da cultura, porque vários assuntos dos mais diversos segmentos são debatidos nesta Casa, são apresentados projetos, são discutidas proposições e audiências públicas e em nenhum momento, neste pouco tempo em que estou na Assembleia Legislativa, vi qualquer manifestação de deputado ou de comissão em favor da cultura dos catarinenses ou de qualquer segmento cultural de Santa Catarina.

Assim, quero aqui, com o apoio, tenho certeza, de vários deputados, criar essa frente em defesa da cultura de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não, ouço v.exa.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Sr. deputado Edison Andrino, quero louvar a sua iniciativa. E pela história que todos conhecemos, tudo começou com a Fundação Franklin Cascaes, em Florianópolis. A partir disso, inclusive, tornou-se positiva a expressão "manezinho". Mas não foi por acaso; foi, sim, pelo esforço de muitas pessoas.

V.Exa. colocou muito bem, na literatura, nas artes plásticas, no cinema, na música, em vários setores, Florianópolis e Santa Catarina se manifestam. Até quero ser o primeiro subscritor dessa sua proposta, juntamente com v.exa. e outros deputados, que são muito sensíveis e entendem, no mundo moderno, a importância da cultura até como geradora de emprego e atividades.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço a v.exa. pelo aparte. E esta Casa pode ajudar, em uma parceria com o segmento cultural, discutindo políticas públicas claras com respeito à cultura de Santa Catarina.

Sabemos que o segmento tem muitas reclamações, tem muitas propostas positivas. Por isso, esta Casa tem um papel fundamental. Inclusive, lembro-me que houve um período em que todos os meses se apresentavam no *hall* da Assembleia Legislativa representantes culturais de vários municípios. Mas agora estão meio parados esses eventos.

Então, acho que temos que chamar artistas de vários segmentos para a Assembleia e com eles discutir claramente políticas públicas para a cultura do estado de Santa Catarina.

Por isso, creio que a comissão de Educação, Cultura e Desporto precisa criar um fórum independente para discutir com o segmento a cultura de Santa Catarina, em parceria com o governo do estado, estabelecendo claramente o que queremos dos artistas e das artes catarinenses.

Sr. presidente, a partir da próxima semana estaremos dando entrada nesta proposta para a criação de um fórum permanente em defesa da cultura e dos artistas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 106ª Sessão Ordinária, de 19/11/2009:

Discussão e votação em turno único das Mensagens n.s.: 0961/2009, 1.212/2009 e 1.229/2009;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0212/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0280/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0281/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 0322/2009, de autoria do deputado Marcos Vieira.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem ao deputado federal João Matos pela sanção, por parte do presidente da República, da Lei Nacional de Adoção.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DESCLASSIFICAÇÃO/MODIFICAÇÃO NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

REF.: Concurso nº 001/2008

OBJETO: CONCURSO "PRÊMIO ESCOLA DO LEGISLATIVO" PARA MONOGRAFIAS INÉDITAS SOBRE O TEMA *PODER LEGISLATIVO E SEUS DIVERSOS ASPECTOS*.

No dia dezoito de novembro de dois mil e nove, às nove horas, nas dependências da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações (CPL) com o objetivo de deliberar sobre a resposta recebida da Coordenadoria de Atos e Registros Funcionais/Diretoria de Recursos Humanos da Alesc, conforme ofício nº 0310/CARF/2009, folhas 944-948 do processo, o qual informa que o participante do Concurso supramencionado, Senhor Armando Luciano Carvalho Agostini, é servidor efetivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, matriculado sob o nº 1.901. Nesse sentido, a Comissão Permanente de Licitações (CPL), com fundamento no item 5.1, especificamente no item 5.1.4 do Edital do referido concurso, o qual veda a participação de servidores da Alesc, resolve desclassificá-lo. Em decorrência disso, houve modificação na ordem de classificação da categoria profissional, à qual passa a ser a seguinte: 1º lugar: Pseudônimo "Bela" - Fabiane Balen; 2º lugar: Pseudônimo "Pedestre" - Dalson Britto Figueiredo Filho; 3º lugar: Pseudônimo "Autoria Anônima" - José Jacir Vochtovski; 4º lugar: Pseudônimo "Luck Sky Walker Neto" - José Luiz Gonçalves da Silveira; 5º lugar: Pseudônimo "Barão de Montesquieu" - Jusávia Maria Lisboa. Ato contínuo, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) deliberou ainda que tal resultado seja publicado no Diário e no site da Alesc, sendo que a partir da data da publicação, em virtude da nova classificação, ficam reabertos os prazos legais. Por conseguinte, depois de decorrido o prazo, restará à Escola do Legislativo da Alesc marcar data, horário e local para a solenidade de entrega dos prêmios aos autores das monografias classificadas nas três primeiras colocações das categorias estudantil e profissional e dos certificados de participação, o que se fará conforme publicação legal. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

Comissão Permanente de Licitações (CPL)

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2009

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEMÓRIA E PROCESSADOR SECUNDÁRIO PARA OS SERVIDORES DA MARCA DELL, MODELO PE2950 EXISTENTES NA ALESC, INCLUINDO A INSTALAÇÃO.

DATA: 01/12/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00h do dia 01 de dezembro de 2009. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 19 de novembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2009

OBJETO: Locação de equipamentos para comutação, exibição redundante, edição e interligação do sistema de Ilhas de Edição com Exibidor de Programação, inclusas manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças, monitoramento e suporte técnico.

DATA: 02/12/2009 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 02 de dezembro de 2009. O Edital

podará ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 19 de novembro de 2009.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 51 da Constituição Estadual, comunico a esse egrégio Poder Legislativo que adotei a Medida Provisória inclusa, ora submetida ao exame e deliberarão de Vossas Excelências, acompanhada de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, que "Altera dispositivo da Lei nº 14.693, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, e a prestar as necessárias garantias".

Florianópolis, 17 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/11/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 18 de novembro de 2009.

Ao Governador do Estado

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 149/2009

Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho trazer a consideração e aprovação de Vossa Excelência o anexo projeto de Medida Provisória que "Altera dispositivo da Lei nº 14.693, de 14 de maio de 2009, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, e a prestar as necessárias garantias."

Cumprido-me esclarecer a Vossa Excelência, na oportunidade, que o projeto de Medida Provisória tem por objetivo precípuo atender a uma solicitação formal da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda, formulada por intermédio do Ofício nº 1891/2009/COREF/SECAD II/STN/MF, de 13 de novembro do corrente (cópia anexa), litteris:

"A mencionada Lei Estadual, em seu art. 2º, menciona que a redução proposta teria início a partir da publicação da Medida Provisória nº 149, de 15.05.2009. Entretanto, como na prática as reduções ocorrerão a partir da assinatura do termo aditivo, entendeu-se necessário que a redação seja alterada, e preveja a redução dos pagamentos a partir da data da assinatura do mencionado termo." (Grifo nosso).

Finalmente, vemos presentes as razões de relevância e urgência que ensejam, na forma do artigo 51 da Carta Estadual, a edição da presente norma, a vista da importância da matéria para o interesse público e da necessidade da utilização dos recursos financeiros que serão liberados com a reestruturação da dívida, em investimentos, principalmente, na recuperação dos efeitos nocivos causados pelas cheias em final de 2008.

Em face do exposto, manifesto-me pelo envio da Medida Provisória em anexo, a Assembléia Legislativa Estadual, submetendo-a à apreciação.

Atenciosamente,

ANTONIO MARCOS GAVAZZONI

Secretária de Estado da Fazenda

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 162, de 17 de novembro de 2009

Altera dispositivo da Lei nº 14.693, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de

2001, e a prestar as necessárias garantias.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

no uso da atribuição que lhe confere o art. 51 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 2º, inciso I, da Lei nº 14.693, de 14 de maio de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

I - no prazo de doze meses, contados da data da assinatura do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, o pagamento do serviço da dívida corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço devido;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 17 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2131, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR o servidor **PAULO ROBERTO ARENHART**, matrícula nº 1597, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-60, no Gabinete do Deputado Carlos Chiodini.

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2132, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2143/09,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora Carmen Lúcia Marian de Souza, matrícula nº 1873, fazendo constar como sendo **Carmen Lúcia Marian**, alteração definida nos termos da certidão exarada pela 2ª Vara da Família da Comarca da Capital.

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2133, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 045/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
2543	Juçara Helena Rebelato	Equipe de apoio
0775	Adriana Lauth Gualberto	
1332	Helio Estefano Becker Filho	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2134, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 046/2009:

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	

2543	Juçara Helena Rebelato	Equipe de apoio
0947	Valter Euclides Damasco	
2170	José das Neves Filho	

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2135, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Juliano Ranzolin	3815	3%	9%	08/10/09	2029/09
Daniel Alboleda Silva	5114	3%	3%	01/11/09	2063/09
Valdir Dias Mauricio	3561	3%	9%	07/11/09	2128/09
Marcio dos Santos Porto	3951	3%	3%	08/11/09	2127/09

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2136, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo		Processo nº
		Quinquênio		
0840	Eduardo Balduino Machry	03/11/04	02/11/09	2085/09
2787	Walmir de Oliveira Matos	23/12/03	22/12/08	2130/09
1210	Siomara Gonçalves Videira	04/11/04	03/11/09	2131/09

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2137, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER**, matrícula nº 1571, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, **AUGUSTA JUST MILANEZ**, que se encontra em fruição de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 19 de novembro de 2009 (DL/CE - Gerência de Redação).

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2138, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0619	Rosangela Bittencourt	15	13/11/09	2153/09

Paulo Ricardo Gwoszdz

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2139, de 19 de novembro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	63	30/10/09	2152/09
1361	Maria Izabel Maciel	30	16/11/09	2154/09

Paulo Ricardo Gwosdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 518/09

Institui o Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Santa Catarina, o dia 25 de novembro como Dia Estadual de Mobilização pelo Fim da Violência Contra a Mulher.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputada Ada De Luca
4ª Secretária

Lido no Expediente
Sessão de 19/11/09

JUSTIFICATIVA

Destaca-se que o dia 25 de novembro foi declarado Dia Internacional da Não-violência contra as Mulheres no primeiro encontro feminista da América Latina e Caribe, organizado em Bogotá, Colômbia, em 1981. Nesse encontro houve uma denúncia sistemática de violência de gênero, desde os castigos domésticos às violações e torturas sexuais, estupro e assédio sexual. Este dia foi escolhido para homenagear o violento assassinato das irmãs Mirabal (Pátria, Minerva e María Teresa), no dia 25 de novembro de 1960, pelo ditador Rafael Leônidas Trujillo, na República Dominicana. Em 1999, as Nações Unidas reconheceram oficialmente o dia 25 de novembro como Dia Internacional da Não-Violência Contra as Mulheres.

Salienta-se que existe uma campanha mundial, realizada de 25 de novembro a 10 de dezembro - Dia Internacional dos Direitos Humanos - em 154 países. O objetivo dessa campanha é convocar a sociedade ao comprometimento com atitudes que podem fazer a diferença na vida das mulheres em situação de violência.

A Coordenadoria Estadual da Mulher, como órgão articulador de Políticas Públicas para as Mulheres, e esta deputada, como autoridade estadual próxima dos municípios do Estado, entendem necessários este projeto de lei, visando assim garantir os direitos humanos das mulheres, priorizando o atendimento dos seguimentos vulnerabilizados pela exclusão social, no âmbito de suas responsabilidades.

Com estas considerações e em virtude da relevância do assunto encaminho a presente proposta de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 519/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de Instalação nas empresas bancárias e financeiras com agências e postos de atendimento no Estado de Santa Catarina, de sistema de segurança e monitoramento por câmeras de vídeo, e dá outras providências.

Art. 1º As instituições bancárias e financeiras com agências ou postos de atendimento no Estado de Santa Catarina deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, instalar e manter, interna e externamente, sistemas de segurança e monitoramento por meio de câmeras de vídeo, nos termos desta Lei.

§ 1º as câmeras dos sistemas de segurança e monitoramento de que trata o caput deverão:

I - nas dependências internas, ser instaladas em pontos que permitam a captura de imagens em todas as dependências onde haja acesso e fluxo de pessoas, e guarda de valores;

II - na área externa, ser instaladas em pontos que permitam a captura de imagens das imediações da unidade, e, principalmente, que possibilitem identificar pessoas que circulem ou que acessem as suas dependências.

§ 2º as imagens capturadas pelas câmeras de Vídeo do sistema de segurança e monitoramento deverão ser armazenadas e guardadas pelo prazo mínimo de 360 (trezentos e sessenta) dias, e fornecidas às autoridades sempre que exigidas, observadas a legislação aplicável.

§ 3º para a instalação das câmeras de vídeo na área externa das agências e postos bancários e de instituições financeiras, deverão ser observadas as orientações emanadas da área técnica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, para definição dos locais, das quantidades de câmeras e das especificações técnicas.

Art. 2º A não observância, pelas instituições bancárias e financeiras, das disposições constantes desta Lei sujeitará os infratores à advertência escrita e, em caso de reincidência, à multa no valor de 1.000 (mil) Unidades Fiscais do Estado de Santa Catarina (UFESC).

Parágrafo único. Caso persista a infração, a multa referida no caput será aplicada em dobro às instituições que não atenderem às disposições desta Lei.

Art. 3º para o cumprimento desta Lei, no que se refere à instalação dos sistemas de segurança e monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas áreas externas das agências e postos de atendimento ao público, fica o Poder Executivo autorizado:

I - a celebrar parceria com a federação Brasileira de Bancos - Febraban e/ou com as respectivas instituições bancárias e financeiras, inclusive para a operacionalização do monitoramento e do armazenamento e guarda das imagens capturadas;

II - realizar a infra-estrutura necessária à instalação dos equipamentos, a autorizar o uso pelas referidas instituições bancárias e financeiras.

III - regulamentar, por Decreto, esta Lei.

Art. 4º as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de (sessenta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,
Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 19/11/09

JUSTIFICATIVA

Este projeto tem como principal foco a segurança dos correntistas que constantemente são vítimas de criminosos, usam a prática criminal que ganhou destaque nos meios de comunicação: 'a saidinha do banco'. Crime que ocorre na rua após a vítima realizar saques em agências bancárias.

Os criminosos geralmente agem em duplas, sendo que um bandido fica no interior do banco observando os clientes, avisando por telefone ou rádio comunicador, o comparsa que está de campana na rua quanto a uma possível vítima, que será surpreendida pelo assalto, a poucos metros de distância do banco.

Além desse tipo de crime, outros são também aplicados nas imediações das agências bancárias. Como não há monitoramento externo pelas instituições, criminosos procuram abordar vítimas na área externa.

A instalação de câmeras de vídeo de monitoramento, também na área externa de acesso às agências, poderia ajudar o trabalho da Polícia a identificar esses criminosos, além de coibir tal conduta.

O legislador deve estar sempre atento aos fatos sociais que possam ser prejudiciais à vida de sua comunidade.

Através deste nosso projeto, teremos um instrumento de controle e de prevenção dessa forma de crime, que vem colocar em risco a vida da população.

Por entender que estamos colaborando para elevar o nível de segurança da população do nosso Estado, solicito a aprovação deste projeto pelos nobres Pares.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 520/09

Dispõe sobre a obrigatoriedade de monitoramento nos centros cirúrgicos dos hospitais públicos e privados, no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam os hospitais públicos e privados, no Estado de Santa Catarina, obrigados a disponibilizar nos centros cirúrgicos o monitoramento eletrônico das cirurgias realizadas, objetivando o acompanhamento do procedimento médico realizado nas cirurgias.

Parágrafo único. Os equipamentos de monitoramento de que trata o caput deste artigo constituem-se de:

I - registro de imagens;

II - som; e

III - dados da operação.

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data de sua publicação nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 19/11/09

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa melhorar a prática dos procedimentos cirúrgicos tendo em vista que o monitoramento auxilia o direcionamento dos procedimentos cirúrgicos que devem ser adotados. Portanto, é de suma importância este projeto que tem a característica de prevenir erros médicos, colaborando com informações sobre todo o ato cirúrgico, sendo de um valor incomensurável tanto para os profissionais médicos quanto para os pacientes.

Pelo exposto, peço o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 521/09

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1263

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o projeto de lei que " Institui Gratificação de Representação de Delegado de Polícia e estabelece outras providências".

Florianópolis, 18 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/11/09

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 3683/GABS/SSP Florianópolis, 17 de novembro de 2009.

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o Processo **PSSP 7641/095**, contendo projeto de lei complementar que institui a **Gratificação de Representação de Delegado de Polícia**, devida mensalmente, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

1. Inicialmente, destacamos que o subgrupo Autoridade Policial, pertencente ao grupo Polícia Civil, trata-se de cargo cujo ingresso tem como requisito o bacharelado em Direito, tal como nas demais carreiras jurídicas.

2. Ocorre que a carreira dos Delegados de Polícia reconhecida pelo Constituinte Originário como carreira jurídica, é a única que nos últimos 11 (onze) anos somente recebeu uma reajuste de 2%, referente às (3) três parcelas de abono de R\$ 100,00 (cem reais), diferentemente das demais carreiras de todos os Poderes de Estado, que sem exceção recebem atualizações e aumentos remuneratórios.

3. Além disso, a falta de reposição salarial neste período, fez com que o salário dos Delegados de Polícia deste Estado, que figurou entre os maiores do Brasil, passasse a um dos mais baixos salários do país, provocando uma debandada destes profissionais, principalmente entre os recém aprovados nos últimos concursos.

4. Por derradeiro, salientamos que o presente projeto é um importante passo no resgate da dignidade da carreira dos Delegados de Polícia, minimizando a evasão destes profissionais para outras carreiras jurídicas.

Ante ao exposto, pugna-se pelo acolhimento do presente arrazoado, com o devido encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado, acompanhado do projeto de lei anexo.

Respeitosamente,

Ronaldo José Benedet

Secretário de Segurança Pública e Defesa do Cidadão

PROJETO DE LEI Nº PL/0521.0/2009

Institui Gratificação de Representação de Delegado de Polícia e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída Gratificação de Representação de Delegado de Polícia, devida mensalmente, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para os ocupantes do cargo de Delegado de Polícia.

Parágrafo único. Sobre o valor da vantagem prevista no *caput* não incidirá nenhum adicional, indenização, gratificação ou vantagem pecuniária, exceto a gratificação natalina, gratificação de férias e as consignações a que estiver sujeito o servidor.

Art. 2º O valor da vantagem prevista no art. 1º desta Lei é concedido ao servidor sujeito ao regime de quarenta horas semanais, sendo aplicado à proporcionalidade por carga horária e aos proventos da aposentadoria e será reajustado quando ocorrer revisão geral de vencimento dos servidores públicos estaduais, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do Fundo de Melhorias da Polícia Civil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 01 de novembro de 2009.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 522/09

Institui o Sistema Estadual de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, e adota outras providências.

Art. 1º Fica Instituído o Sistema Estadual de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas em Santa Catarina, com a finalidade de agilizar e dar eficácia à busca de pessoas desaparecidas no território catarinense.

Parágrafo único. O cadastro no Sistema fica condicionado a pessoa cujo desaparecimento tenha sido oficializado perante autoridade policial competente.

Art. 2º O Sistema deverá manter um banco de dados, contendo informações pessoais, familiares, fotos, circunstâncias do desaparecimento e endereço para contato.

Art. 3º O Poder Executivo definirá o órgão público que promoverá a implantação, a criação e a operação do cadastro e a coordenação e gerenciamento do Sistema.

Art. 4º Os órgãos públicos do Estado ficam obrigados a reservar espaços nas suas repartições, em locais de maior circulação de pessoas, para afixar cartazes contendo identificação e fotografias dos desaparecidos.

Art. 5º Os veículos de comunicação impressa, televisiva, radiofônica e eletrônica dos Poderes do Estado destinarão espaço para a divulgação de fotos e dados dos desaparecidos.

Art. 6º Os estabelecimentos de saúde e as entidades assistenciais, públicos ou privados, deverão comunicar imediatamente ao órgão público competente a entrada de crianças e adolescentes desacompanhadas ou em estado de perturbação mental.

Art. 7º Sendo identificado como motivo do desaparecimento de criança ou adolescente o abuso físico, psicológico, sexual ou negligência, ocorridos no ambiente familiar, será o núcleo familiar encaminhado à assistência especializada para acompanhamento psicológico e jurídico.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente

Sessão de 19/11/09

JUSTIFICATIVA

A segurança é hoje uma das maiores inquietações da população; vivemos um momento em que o respeito às leis e às pessoas se torna cada vez mais raro e o Estado mostra-se incapaz de tomar as rédeas da situação e fazer valer o ordenamento necessário para a vida em coletividade.

Nessa situação desoladora, ainda temos que conviver com outro problema para cujo combate o aparelho do Estado encontra-se completamente despreparado, que é a localização de pessoas desaparecidas.

É certo que o desaparecimento de pessoas adultas não é crime, pois pode ser um ato de vontade própria mas, ainda assim, tem implicações de ordem prática e emocional sobre todos com que a pessoa mantinha relacionamento, que não podem ser ignoradas pelo Estado, sem que providências sejam tomadas para sua localização.

Quanto ao desaparecimento de crianças, cabe ainda ao Poder Público garantir a segurança e proteção desses pequenos cidadãos. Ainda que seja responsabilidade da família a guarda das crianças, o requisito ou a fuga fogem da capacidade de proteção familiar. Portanto, é preciso que a máquina pública esteja equipada para desempenhar suas funções constitucionais de proteção ao cidadão dentro dessa complexidade, que tenderá a aumentar juntamente com o crescimento populacional.

Vamos dotar o Estado de condições, para que ele possa cumprir sua missão de prover segurança e proteção aos cidadãos. O que precisa é interação dos órgãos afetos, para que a informação seja coletada, sistematizada e disponibilizada.

Isso posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 523/09

Revoga a Lei nº 5.432, de 30 de maio de 1978, que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - Seção de Florianópolis, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 5432, de 30 maio de 1978, que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil - Seção de Florianópolis, com sede e foro na cidade de Florianópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Dirceu Dresch

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 524/09

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 1264

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada à implantação do Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3, e estabelece outras providências".

Florianópolis, 18 de novembro de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 19/11/09

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Florianópolis, 28 de outubro de 2009.

Ao Governador do Estado

Dr. LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS nº 133/2009

Senhor Governador do Estado,

Com os meus cumprimentos, venho submeter à apreciação de Vossa Excelência, o anexo anteprojeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada à implantação do Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3, e estabelece outras providências."

Cumpra-me esclarecer a V. Exª que a proposição decorre de RENEGOCIAÇÃO entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Mundial, em face da impossibilidade de concretização do chamado "Financiamento Adicional do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/Microbacias 3-SC", aprovado pela Lei nº 14.713, de 10 de junho de 2009, cuja revogação, agora, se impõe.

Em face do exposto, e à vista da relevância da matéria, conforme expresso pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em seu Ofício nº 427/2009, manifesto-me pelo envio do presente anteprojeto à Assembléia Legislativa Estadual, submetendo a matéria à apreciação, sob regime de urgência.

Atenciosamente,

ANTÔNIO MARCOS GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº PL/0524.2/2009

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada à implantação do Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, na qualidade de agente financeiro internacional, no valor de US\$ 90,000,000.00 (noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para a implementação do Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3, no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no art. 115, § 2º, da Constituição do Estado, o Anexo Único desta Lei apresenta os valores a serem considerados nos orçamentos anuais, durante o prazo para a liquidação da operação de crédito, relativos ao serviço de juros, comissão anual de crédito e amortização, os quais serão adequados, anualmente, em decorrência das variações cambiais e taxas de juros, e de outros ajustes previstos, contratualmente, para empréstimos internacionais.

Parágrafo único. Além dos valores previstos no *caput*, o Orçamento do Estado consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada do Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, cotas de receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição Federal e das transferências constitucionais previstas no art. 157 e no art. 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, além dos créditos previstos na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 167 da Constituição Federal, bem como outras contragarantias em direito admitidas.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento de que trata esta Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover a inclusão da programação das dotações orçamentárias respectivas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual, contendo o detalhamento das ações necessárias ao atendimento do Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 14.713, de 10 de junho de 2009.

Florianópolis,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BIRD

PROJEÇÃO DE VALORES (em R\$) PARA INCLUSÃO NOS

ORÇAMENTOS ANUAIS

FINALIDADE: Programa Santa Catarina Rural - MICROBACIAS 3

ANO	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÕES	ENCARGOS	TOTAL
2010	26.637.009,15	-	396.632,79	396.632,79
2011	90.897.988,92	-	1.951.751,32	1.951.751,32
2012	57.740.001,93	-	3.320.838,88	3.320.838,88
2013	35.055.000,00	-	4.172.421,38	4.172.421,38
2014	-	-	4.353.831,00	4.353.831,00
2015	-	-	4.353.831,00	4.353.831,00
2016	-	-	4.353.831,00	4.353.831,00
2017	-	-	4.353.831,00	4.353.831,00
2018	-	-	4.353.831,00	4.353.831,00
2019	-	-	4.353.831,00	4.353.831,00
2020	-	14.022.000,00	4.281.267,15	18.303.267,15
2021	-	14.022.000,00	3.991.011,75	18.013.011,75
2022	-	14.022.000,00	3.700.756,35	17.722.756,35
2023	-	14.022.000,00	3.410.500,95	17.432.500,95
2024	-	14.022.000,00	3.120.245,55	17.142.245,55
2025	-	14.022.000,00	2.829.990,15	16.851.990,15
2026	-	14.022.000,00	2.539.734,75	16.561.734,75
2027	-	14.022.000,00	2.249.479,35	16.271.479,35
2028	-	14.022.000,00	1.959.223,95	15.981.223,95
2029	-	14.022.000,00	1.668.968,55	15.690.968,55
2030	-	14.022.000,00	1.378.713,15	15.400.713,15
2031	-	14.022.000,00	1.088.457,75	15.110.457,75
2032	-	14.022.000,00	798.202,35	14.820.202,35
2033	-	14.022.000,00	507.946,95	14.529.946,95
2034	-	14.022.000,00	217.691,55	14.239.691,55
TOTAIS	210.330.000,00	210.330.000,00	69.706.820,62	280.036.820,62

*** X X X ***